

ATA NÚMERO DOIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE BARCELOS

-----Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, reuniu, pela segunda vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de treze de fevereiro de dois mil e dezanove, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo onze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação da ata da sessão de vinte e seis de janeiro de dois mil e dezanove;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Vila Cova e Feitos, de dezassete de dezembro de dois mil e dezassete, relativa à desagregação da respetiva União das Freguesias;-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins), de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezoito,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativa à desagregação da respetiva União das Freguesias;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro), de dezanove de abril de dois mil e dezoito, relativa à continuidade da agregação da respetiva União das Freguesias;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e dois/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Cultura), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e três/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Saúde), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para designação do Fiscal Único da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente NONSENSE ASSETS, S.A., no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos;-----

-----Ponto dez – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Adelino Lima da Silva Fernandes, Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Lauro de Castro Pires, Agostinho Martins da Silva, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Amândio da Costa Maia, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Maria Ribeiro da Silva, Ana Rita da Silva Torre, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes da Silva, António Joaquim da Costa Lima, António Manuel Faria da Costa, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Avelino Manuel Coelho Miranda, Beatriz Manuela Silva Maia Lima, Bruna Cristiana Araújo Ferreira, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Alberto Sá Araújo, Catarina Sofia Martins de Sá, Daniel Fernandes de Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Ferreira de Carvalho, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Elsa Joana Carvalho Coutinho, Fernando José Gonçalves Pinto, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Henrique Pedro Sousa Roselho, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Miguel Pedrosa Rodrigues, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pontes da Silva, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Manuel Mesquita Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Martins de Figueiredo, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Júlio Manuel da Silva Loureiro, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Luís Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel Augusto da Silva Ramião, Manuel Cruz Duarte Cardoso, Manuel Faria Oliveira, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Maria de Fátima Ferreira de Faria, Maria Isabel Sá da Venda, Maria Madalena Sequeira Ferreira, Maria Teresa Araújo Martins Falcão, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes Figueiredo, Natalina de Sá, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Filipe da Silva Meneses, Nuno Pedro Santos Varzim Miranda, Otília Arminda Oliveira Castro, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Ricardo Barroso da Silva, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Tomé Francisco Lopes Faria, Vasco André Gomes de Deus Real.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----Jorge César Fernandes da Silva, Liliana Carina Barreiro Faria, Manuel Albino da Silva Oliveira, Manuel da Conceição Carneiro Martins.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Uma muito boa noite a todos.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, incluindo aqueles que nos acompanham pela *web*.--

-----Vamos iniciar então esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove.-----

-----De acordo com o edital convocatório, começaremos pelo período de antes da ordem do dia.-----

-----Antes de dar a palavra aos grupos municipais para as suas intervenções, dou conhecimento de que na reunião de líderes havida na terça-feira passada foi por unanimidade entendido, por ser esta a primeira sessão ordinária após o falecimento do professor doutor João Carvalho, foi presidente do IPCA, apresentar a esta Assembleia um voto de pesar. E por isso, antes de mais nada, apesar disto resultar por uma vontade unânime dos líderes dos grupos municipais, eu iria pôr à consideração dos senhores deputados a aceitação deste voto de pesar neste momento em termos de agenda de trabalhos.-----

-----Os senhores deputados que votam contra a aceitação deste voto de pesar fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Então a aceitação deste voto de pesar para apreciação e votação foi aceite por unanimidade.-----

-----E passaríamos agora à leitura do voto de pesar, peço a vossa atenção, antes de passarmos à votação.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – “Voto de Pesar.-----

-----No dia vinte e sete de Dezembro de dois mil e dezoito, faleceu o Senhor Professor Doutor João Carvalho, que foi Presidente do IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Com impressionante coragem e lucidez, combateu até ao fim doença prolongada, sem nunca deixar de exercer plenamente a sua cidadania.-----

-----Tendo dedicado a sua vida ao IPCA, Instituição da qual é a referência maior e insubstituível, foi sempre reconhecido por todos, entre outras muitas qualidades, o seu profissionalismo, a ética e a sua abnegada dedicação à causa pública.-----

-----Com o seu espírito de exigência e persistência, o Senhor Professor Doutor João Carvalho foi o principal impulsionador do crescimento do IPCA e da implantação do ensino superior em Barcelos, dando um enorme contributo para o desenvolvimento do nosso concelho e da região do Cávado e do Ave.-----

-----Foi também uma referência na comunidade científica e académica, coordenando também o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, durante catorze anos.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos homenageou o Senhor Professor Doutor João Carvalho na sessão solene do quadragésimo terceiro aniversário do vinte e cinco de Abril, em dois mil e dezassete, com a atribuição da Medalha de Honra da Cidade, sublinhando que *“com o seu vasto currículo, com o seu esforço e dedicação e com as capacidades invulgares de formação e de perseverança, o Professor João Carvalho construiu uma instituição de sucesso e de referência, mesmo quando as circunstâncias pareciam adversas”*.-----

-----O seu falecimento, aos sessenta e dois anos de idade, causou generalizada consternação e pesar, constituindo perda irreparável. Porém, o seu nome ficará para sempre ligado à história de Barcelos.-----

-----A Assembleia Municipal de Barcelos exprime, assim, a sua mais profunda mágoa pelo falecimento do Senhor Professor Doutor João Carvalho, inclinándose perante a sua memória e prestando-lhe sentidamente uma derradeira e merecida homenagem ao aprovar nesta Reunião Ordinária de vinte e dois de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fevereiro de dois mil e dezanove, a primeira depois do seu falecimento, um voto de pesar, deliberando:-----

-----Um – Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor Professor Doutor João Carvalho, guardando um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----Dois – Manifestar à sua Família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar” não só à Família, mas também a toda a comunidade do IPCA.-----

-----Barcelos, vinte e dois de Fevereiro de dois mil e dezanove.-----

-----Os Deputados Municipais”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Passaríamos então à votação!-----

-----Quem vota contra faz o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém faz o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Então este voto de pesar foi aprovado por unanimidade e ia pedir a todos para nos levantarmos e guardarmos um minuto de silêncio.-----

------(Registou-se um minuto de silêncio)-----

-----Muito obrigado, fazem o favor de se sentar.-----

-----Passaríamos agora ao período de sessenta minutos de antes da ordem do dia com o primeiro grupo de intervenções e, de acordo com aquilo que está regulado, cabe hoje a primeira intervenção ao Partido Socialista, pelo senhor deputado Manuel Mota. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Deputados Municipais, Senhoras Presidentes de Junta,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Presidentes de Junta, Caros Concidãos.-----

-----Barcelos está melhor. É este o resultado dos últimos dados apresentados quer pelo Instituto Nacional de Estatística em relação ao desenvolvimento da atividade económica e também aqueles apresentados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, que nos dão uma taxa de desemprego a rondar os três por cento, segundo o conceito de alguns economistas fala-se em pleno emprego.-----

-----Esta é uma realidade da qual são responsáveis os empreendedores, os empresários, a sociedade barcelense, mas também muito a atividade do executivo municipal do Partido Socialista, nomeadamente desde que em dois mil e nove passou a gerir os destinos do concelho.-----

-----O concelho de Barcelos é hoje muito diferente daquele que nós herdámos em dois mil e nove.-----

-----Desde logo com uma mudança profunda do paradigma. A relação que é tida com as Juntas de Freguesia, e recordamos a velha frase, repetida e muito válida, de que as Juntas de Freguesia são capazes de fazer com o mesmo muito mais do que fazem as Câmaras Municipais, criou instrumentos de coesão territorial nunca antes vistos no município e até a nível nacional. É de facto uma medida inovadora no contexto nacional.-----

-----Mas mais do que isso, o Partido Socialista definiu três grandes prioridades da sua ação governativa: educação, políticas sociais e saúde.-----

-----Em educação, se olharmos atentamente para os vários orçamentos, reparamos que a Câmara investe em média cerca de nove milhões de euros, prioritariamente em áreas como a requalificação das escolas que permite naturalmente um reforço significativo da qualidade das aprendizagens. Longe vão aqueles tempos em que um vereador na altura do poder e hoje da oposição dizia “bem, estes indicadores têm a ver com a nossa sociologia”, quando nós



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentávamos índices de abandono e insucesso escolar absolutamente dramáticos para o futuro dos nossos concidadãos. Hoje, também não é o Partido Socialista que o diz, são os *rankings* nacionais quer das instituições, quer os nossos alunos, temos o orgulho de nos apresentarmos como de facto uma massa humana profundamente qualificada.-----

-----E o PS não apostou só na requalificação das escolas, teve também a medida inovadora dos manuais escolares gratuitos, o que permite também e permite de forma sustentada que, independentemente da classe social a que pertencemos, temos mais instrumentos para nos aproximarmos uns dos outros e para criarmos uma verdadeira sociedade com igualdade de oportunidades.-----

-----Na questão da saúde, dois mil e dezanove representa um passo muito significativo para a construção do novo hospital, desde logo porque está inscrito no orçamento do Estado, desde logo porque há uma comissão a trabalhar também nesta área e desde logo também porque na comissão de acompanhamento que a Câmara Municipal lidera e que a Assembleia Municipal aprovou, nas conversas com a senhora ministra percebeu-se que o hospital de Barcelos era de facto uma das prioridades nacionais.-----

-----Mas mais, lembram-se no passado de um presidente de Câmara que dizia “bem, há matérias que são da responsabilidade do Governo”? Com esta Câmara as coisas são diferentes. Percebemos que o Governo não está a apostar nos cuidados primários da forma que devia apostar, provavelmente por constrangimentos financeiros, e a Câmara Municipal decidiu, e bem, nestes últimos meses apoiar a construção das extensões de saúde de Fragoso, de Sequeade, Bastuços Santo Estevão e São João e também a de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália. Isto demonstra uma sensibilidade municipal muito profunda, mas podemos ir mais além nas políticas sociais.-----

-----Barcelos é hoje um exemplo nacional na requalificação dos bairros



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sociais: mais de dois milhões de euros investidos naquele que é um instrumento profundo da dignidade que é dado às populações e na qualificação do nosso território.-----

-----Podemos falar de muitas outras políticas específicas na área social, desde o Barcelos Sorrir ou até do Balcão da Inclusão que muito recentemente foi concluído neste município, o que demonstra, mais do que uma visão diferente, uma prática política muito diferente.-----

-----E queria-vos falar nos últimos minutos que me restam, com muito orgulho, de uma nova medida que em dois mil e dezanove vai ver implementada, está em edital, foi aprovada na penúltima reunião de Câmara se a memória não me falha, que é o orçamento participativo geral. Nós vamos ter durante o ano dois mil e dezanove meio milhão de euros a ser discutido por todos os cidadãos, para estabelecerem as prioridades que eles considerarem mais relevantes das políticas públicas para o município. É um novo paradigma na relação dos eleitos com os eleitores. E vamos poder durante este ano, com meio milhão de euros em várias iniciativas, em várias sessões por várias freguesias, relacionarmo-nos com os nossos concidadãos, para que eles possam também perceber o que é que são as implicações das decisões e poderem conjuntamente connosco, deputados municipais, mas essencialmente com o executivo, definir aquelas que eles consideram também as prioridades significativas para as suas áreas territoriais, para a qualificação da vida deles mesmos.-----

-----Barcelos está hoje muito melhor do que estava em dois mil e nove.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Adélio Mirando, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Excelentíssimo Senhor Presidente da

Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Caro Público aqui presente e que nos segue via *web*, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----O concelho de Barcelos, já com uma longa história de vida, é um extenso território constituído por sessenta e uma freguesias e uniões de freguesia, densamente povoado e portador de um grande e vigoroso dinamismo das suas gentes que se reflete das mais variadas formas, quer ao nível do mundo empresarial e do trabalho, quer ao nível das múltiplas instituições da sociedade civil, quer no mundo associativo, cultural e desportivo.-----

-----Temos vindo a assistir desde sempre e com redobrado dinamismo, desde a implantação do regime democrático, a um crescimento sustentado de todos os indicadores que avaliam o dinamismo e o grau de crescimento e melhoria da qualidade de vida dos barcelenses. Contudo, isso não é uma característica nem um indicador único do nosso concelho. Vários concelhos, quer mais distantes, quer mesmo os nossos vizinhos, apresentam patamares de crescimento e de desenvolvimento que lhes permitiram ultrapassar-nos e guindarem-se a postos cimeiros nos índices de desenvolvimento local e/ou regional.-----

-----Para isso tem contribuído, para além do dinamismo dos seus habitantes, o acompanhamento e a ajuda permanentes dos seus órgãos políticos municipais.-----

-----Barcelos no quadro exportador, quer ao nível regional, quer ao nível nacional, situa-se em lugar modesto, nada condizente com tudo aquilo que já referi sobre o dinamismo das suas gentes.-----

-----Como bem sabemos, estamos largamente distanciados e falando apenas do norte, de Famalicão, que é o primeiro concelho exportador do norte e o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

terceiro a nível nacional, bem como de Braga, de Guimarães, de Santa Maria da Feira, do Porto e de Matosinhos.-----

-----Lembramos que a Estratégia Municipal Vinte Vinte, elaborada a pedido do executivo atual, estabelece linhas orientadoras claras para que, e passo a citar, *“o futuro seja convergente com a visão empreendedora, persistente e criativa, capaz de valorizar a diversidade e progredir na sustentabilidade”*.-----

-----E o que está na base da divergência deste crescimento entre estes concelhos?-----

-----Várias causas naturalmente, mas das quais acentuaria duas como mais importantes:-----

-----Por um lado, uma falta de uma estratégia clara, organizada e sustentável que crie uma atração do investimento para o nosso concelho; que assegure um quadro de segurança e de parceria estratégica com os empresários e as empresas; que trace linhas e metas claras de modo a superarmos os nossos vizinhos e concorrentes. Temos aqui bem ao lado exemplos claros de como isso deve ser feito.-----

-----Por outro lado, e não menos importante, a criação e manutenção de infraestruturas essenciais para o crescimento económico, que são, em primeiro lugar, as vias de comunicação, para além dos parques industriais e outros.-----

-----Temos um conjunto de estradas municipais profundamente degradadas que dão uma imagem de desleixo, diria mais, profundo desleixo, do nosso município. Para além de outras, nomeadamente: a estrada municipal trezentos e cinco, entre Negreiros e Barcelinhos, o máximo expoente da degradação e do desleixo, porta de entrada e de saída do nosso concelho quer para Famalicão e de Famalicão, quer e para a Póvoa de Varzim; bem como a de Remelhe, terra do grande barcelense, e figura nacional e internacional, Dom António Barroso; poderia citar também a trezentos e seis, desde Alheira, no extremo com Ponte



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Lima, até Macieira de Rates, com o limite da Póvoa de Varzim, atravessando doze freguesias e trinta quilómetros de extensão, que não é melhorada há cerca de vinte anos; bem como a quinhentos e cinquenta e quatro, em Vila Cova; e muito dos duzentos e setenta e seis quilómetros de caminhos municipais.-----

-----Temos assim uma divergência marcada entre um quadro de empresários dinâmicos e organizados que, conjuntamente com os seus colaboradores e os seus trabalhadores, criam e aumentam a riqueza do concelho todos os dias e um executivo municipal laxista, pouco ativo e amorfo.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Deputados,-----

-----Um concelho não vive só de imagem, de comunicação e de festa. Tudo faz falta, mas sem criação de riqueza tudo isso se torna vão e fugaz.-----

-----Barcelos precisa de mudar, o executivo municipal, lamento dizê-lo, não se tem mostrado à altura do dinamismo e da vitalidade das suas gentes e das suas instituições.-----

-----Em tempo oportuno o PSD o irá fazer.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo BTF, o senhor deputado José Paulo Matias e na sua intervenção irá apresentar a moção do BTF, que será depois sujeita a votação no final da intervenção. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Barcelenses.-----

-----“Moção.-----

-----Na sessão pública de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, o BTF apresentou uma Moção para que fossem repostas as instâncias retiradas ao



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tribunal de Barcelos, no âmbito do novo Mapa Judiciário levado a cabo em dois mil e catorze; conseqüentemente, Barcelos foi fortemente prejudicado por terem sido transferidas para Braga e Vila Nova de Famalicão as instâncias principais do Tribunal de Barcelos, com evidente prejuízo para o seu desenvolvimento económico e social, prejudicando, fortemente, as famílias e as empresas.-----

-----Na referida Moção, o BTF deu ênfase à dimensão que Barcelos tem na região norte e, particularmente, no âmbito dos concelhos limítrofes do denominado quadrilátero constituído por Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos. Os dados publicados no Anuário Estatístico da Região Norte dois mil e dezasseis pelo INE, no final do ano de dois mil e dezassete demonstraram, à data, a importância de Barcelos na constituição da riqueza gerada neste concelho, na região e no país.-----

-----No mesmo sentido, os dados publicados pelo INE, em dezembro de dois mil e dezoito, no “Retorno de Informação Personalizada dos Municípios” demonstra que a dinâmica socioeconómica do concelho de Barcelos no contexto local, regional, nacional e internacional é significativa. Por isso, esta crescente dinâmica exige que os agentes políticos e administrativos e, particularmente os órgãos autárquicos, reivindiquem junto do Governo a necessidade de repor os serviços públicos retirados a Barcelos e, no caso concreto, a reposição de todas as valências do Tribunal de Barcelos, entretanto retiradas na aprovação do já citado Mapa Judiciário em dois mil e catorze.-----

-----Em face de todas as considerações constantes na referida Moção de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, onde foi deliberado por unanimidade “... recomendar ao governo o seguinte” :-----

-----“Um – Que seja reavaliada a injustiça cometida na elaboração do novo Mapa Judiciário pela grandeza do concelho de Barcelos e das suas gentes”;-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“Dois – Que sejam repostas as instâncias: a) Cível – Processos de valor superior a cinquenta mil euros e criminal – Processos cuja moldura penal ultrapasse os cinco anos de prisão; b) Os Processos executivos e os de competência do Tribunal do Comércio (mormente insolvências) e a eventual criação de duas secções, uma de execução e outra de comércio”.-----

-----“Tais medidas são absolutamente necessárias para a fixação de empresas e pessoas no concelho de Barcelos mantendo, desse modo, a competitividade na dinâmica criada na economia do vasto concelho de Barcelos, como demonstram os números publicados pelo INE em relação aos concelhos limítrofes”.-----

-----Ora, como até ao momento esta Assembleia Municipal não teve quaisquer informações por parte do Governo acerca das preocupações manifestadas na dita Moção, e considerando que é necessário e urgente que esta Assembleia Municipal continue empenhada na defesa dos interesses de Barcelos e do seu desenvolvimento e, ainda, de acordo com as competências atribuídas aos órgãos autárquicos deliberativos, o BTF propõe que esta Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove delibere o seguinte:-----

-----Um – Que seja criada uma comissão no âmbito desta Assembleia Municipal, no prazo de oito dias, constituída pelo seu Presidente doutor Horácio Barra (que preside) e um representante de cada grupo municipal desta Assembleia Municipal e, ainda, um representante da Câmara (Vereador) se entretanto esta o pretender;-----

-----Dois – Solicitar uma audiência a sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, doutora Francisca Van Dunem no imediato, acerca do assunto desta Moção;-----

-----Três – Que na audiência a pedir, seja entregue a Moção aprovada em vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito e seu anexo e a Moção de vinte e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois de fevereiro de dois mil e dezanove;-----

-----Quatro – Que do resultado da audiência seja dada toda a informação ao Senhor Presidente da Câmara, Miguel Jorge da Costa Gomes”.-----

-----Esta moção de facto tem como objetivo criar uma comissão no âmbito desta Assembleia Municipal, a Câmara querendo fazer-se representar deverá e poderá delegar um representante, mas queremos de facto separar a questão dos poderes: o poder da Assembleia Municipal e o poder do executivo.-----

-----Como até ao momento não tivemos uma resposta à moção de há um ano, faz amanhã um ano que nós aqui trouxemos essa outra moção, achamos que era oportuno nesta altura virmos aqui fazer esta proposta no sentido de fazer alguma pressão, porque as coisas só podem beneficiar Barcelos se nós fizermos alguma pressão política junto do poder central.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaríamos então de imediato à votação desta moção!-----

-----Eu ia pedir aos senhores deputados que votam contra o favor de se levantarem.-----

----- (Cinquenta e um: cinquenta do PS, um Independente)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que votam a favor fazem o favor de se levantar.--

----- (Sessenta e quatro: trinta e dois do PSD, vinte e um do BTF, três do CDS-PP, dois do BE, um do PCP, cinco Independentes)-----

-----Esta moção foi aprovada com sessenta e quatro votos a favor, zero abstenções e cinquenta e um votos contra.-----

-----Relativamente a esta moção e para lhe dar execução, iria solicitar a todos os grupos municipais que nos próximos oito dias fizessem chegar aos serviços da



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia a designação do membro para constituir esta comissão.-----

-----Passaríamos entretanto à intervenção seguinte do senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS. O CDS tem apresentada uma recomendação à qual, com toda a certeza, o senhor deputado se irá referir. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Barcelenses.-----

-----“Recomendação.-----

-----Considerando que :-----

-----Os cuidadores informais são pessoas que cuidam de outra, numa situação de doença crónica, deficiência ou dependência, parcial ou total, de forma transitória ou definitiva, ou noutra condição de fragilidade e necessidade de cuidado. O termo informal advém destes cuidadores ao contrário dos cuidadores formais, como os profissionais de saúde, não serem remunerados pelo seu trabalho e, na sua grande maioria, terem um percurso profissional que não lhes atribui competências específicas no domínio do cuidar;-----

-----Cuidar de uma pessoa com algum nível de dependência exige lidar com uma diversidade de esforços, tensões e tarefas que podem superar as reais possibilidades do cuidador, podendo conduzi-lo à exaustão e ter impacto a nível físico, psicológico, social e económico quer na vida do cuidador, como da pessoa foco dos seus cuidados;-----

-----Sabendo que cuidar de outra pessoa cria situações de tensão e *stress* que comprometem a qualidade de vida do cuidador, é necessário encontrar formas de apoiar, mitigar o impacto e compensar a vida destas pessoas;-----

-----Portugal é um dos países da União Europeia com maior envelhecimento



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

demográfico e o concelho de Barcelos enfrenta sérios desafios neste âmbito;---

-----O envelhecimento da população associado ao aumento da esperança de vida, maior número de cuidadores informais exigirá num futuro próximo e mais exigirá desses cuidadores informais;-----

-----Uma intervenção multidisciplinar, no pleno respeito pela pessoa idosa ou dependente, composta por elementos formais e informais, que leve a um funcionamento articulado dos diversos agente intervenientes no terreno, poderá fazer a diferença para muitas destas pessoas que vivem sozinhas em casa, sem possibilidades de sair, seja por motivos de saúde, seja porque as condições de acessibilidade não o permitem;-----

-----A ação concertada, que agregue todos os cuidadores, é uma resposta fundamental e Barcelos pode ser exemplo, na criação de uma rede de cuidadores;-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos tem um Conselho Local de Ação Social que trabalha esta e outras problemáticas, através de uma Rede Social.-----

-----Nesse sentido, o CDS propõe à Assembleia Municipal de Barcelos que delibere:-----

-----Um – Que a Câmara Municipal de Barcelos promova a criação de uma Rede de Cuidadores do concelho, com o objetivo de combater o isolamento e apoiar as pessoas idosas, pessoas com deficiência ou dependentes de terceiros por outras razões;-----

-----Dois – Que esta rede de cuidadores inclua e enquadre os cuidadores formais e informais que, de modo informal e isolado, já prestam este serviço a muitos familiares, amigos e vizinhos, e que seja um estímulo a que muitas outras pessoas assumam este papel;-----

-----Três – Que esta rede de cuidadores trabalhe a capacitação e literacia dos seus membros para que a sua ação seja mais gratificante, legítima e eficaz;-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quatro – Que a Câmara Municipal de Barcelos reforce o seu papel dinamizador na articulação entre todos os seus organismos, públicos e privados, que já atuam no apoio a estas pessoas, criando uma verdadeira rede com o objetivo de identificar necessidades, a oferta já existente e a forma de a reforçar e alargar estas respostas;-----

-----Cinco – Que a Câmara Municipal de Barcelos estimule os serviços municipais, juntas de freguesia e instituições sociais, a realizarem em conjunto um levantamento detalhado da situação de pessoas com dependência, seja pela idade, seja por deficiência, do município de Barcelos”.-----

-----São estas as nossas recomendações, certamente que alguns de nós sofre ou já sentiu esta situação que aqui nós apresentamos e seria com muito agrado que esta Assembleia visse aprovada esta nossa recomendação.-----

-----Sabemos de antemão que recentemente o Governo apresentou um projeto-lei ou uma proposta de lei com medidas de apoio ao cuidador informal que irá funcionar através de um projeto-piloto em todo o país, a serem avaliados ao fim de um ano, este projeto-piloto abrange quinze por cento do país.-----

-----O nosso partido também entregou no parlamento dois projetos de lei que incluiu apoios financeiros, cinco dias de férias suplementares remuneradas por ano e até trinta e quatro dias para descanso nas situações mais graves.-----

-----Também há outros projetos de outros partidos, principalmente do Bloco de Esquerda, mas acho que, independentemente da aprovação disto pela parte da Assembleia da República, nós aqui em Barcelos e através do nosso executivo podemos ter um papel determinante para o bem-estar destas pessoas.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaríamos então à votação desta recomendação do CDS-PP!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Dois do BE)-----

-----Logo esta recomendação foi aprovada por maioria com duas abstenções.-

-----Passaríamos agora à intervenção do senhor deputado José Maria Cardoso, em representação do Bloco de Esquerda, que igualmente tem uma recomendação para apreciação por esta Assembleia. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite, Senhor Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social e quem nos vê e ouve via *web*.-----

-----Nós hoje trazemos uma recomendação que intitulamos “*Aplicar a redução do preço dos transportes públicos a partir de abril*”.-----

-----Queria só fazer duas considerações prévias de enquadramento/contextualização nesta problemática, dizer que acima de tudo é urgente pensar no novo paradigma sobre os transportes, perceber-se que é de todo impossível mantermos a situação tal qual tem decorrido durante todo este tempo, uma certa primazia do transporte individual, pessoal, hoje cada vez mais visível e até muito demonstrado por muitos outros países onde o problema já é mais grave do que o nosso, em que esta forma, digamos, de mobilidade é de todo importante alterar. Portanto, esta mudança de paradigma é importante fazer-se, uma perspetiva de desenvolvimento sustentável que por um lado assente em premissas que têm a ver com as necessidades, e não só as necessidades básicas, como as próprias necessidades criadas pela própria



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sociedade naturalmente, e tem uma outra premissa que é os limites até onde nós podemos ir. E esta perspetiva de desenvolvimento sustentável deve estar muito assente, aliás, na senda daquilo que foi até algo muito importante tratado aqui nesta Assembleia e pela Câmara Municipal, que era o tal princípio da descarbonização que é importante levar a cabo com iniciativas próprias.-----

-----Aliás, queria referir e saudar desde já uma marcha, uma manifestação que se projeta para o dia quinze de março dos alunos de várias escolas do país e até a nível mundial e gostaria que Barcelos também estivesse nesse mapa da contestação contra as alterações climáticas, o que desde já saúdo que Barcelos possa estar neste mapa desta reivindicação.-----

-----E uma outra consideração é que no dia vinte e oito de novembro nós trouxemos a esta Assembleia uma moção sobre a rede ferroviária e a criação do percurso suburbano Porto-Barcelos, foi aprovada, e que já apontava na altura para a articulação entre as autoridades de transportes e a integração no serviço do programa de apoio à redução tarifária. Portanto, é neste sentido que nós trazemos esta recomendação.-----

-----Queria referir dois ou três aspetos importantes. É que o orçamento do Estado para dois mil e dezanove criou um programa de apoio à redução tarifária num valor total de cento e quatro milhões de euros, mas entretanto, destes cento e quatro milhões de euros, oitenta e oito milhões vão para a área metropolitana do Porto e de Lisboa. Sem querer aqui fazer uma guerra localista ou bairrista, mas é verdade que é um valor demasiado elevado comparativamente a todas as outras comunidades intermunicipais que existem no país. Por exemplo, para o Cávado há uma módica quantia de milhão e meio, para o Ave um milhão e trezentos mil. Portanto, são valores muito mais reduzidos, admitindo obviamente que há muito maior número de pessoas nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, parece-nos que este diferencial é



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

demasiado e logo à partida cria aqui uma discriminação.-----

-----Mas acrescentaria um outro facto que me parece importante: este custo de transportes tem que ser fixado pelas Autoridades de Transporte das CIM's até ao dia um de abril. Portanto, está já a ficar muito próximo, tendo em atenção a densidade territorial, os destinos de deslocações, os modos de transporte. E compete às Câmaras Municipais, e neste caso concreto à autarquia de Barcelos, que, no âmbito da respetiva CIM, tem de remeter ao Governo e ao Fundo Ambiental até quinze de março, o que é muito próximo, um plano de aplicação daquelas verbas. O que nós estamos aqui a querer levantar como questão é se a Câmara Municipal tem em marcha este plano e se está a tratar desta situação e, por isso, também é uma forma de chamar a atenção para esta necessidade. Até porque depois colocam-se questões, por exemplo, alguém de Barcelos que se desloque diariamente ou constantemente para o Porto irá ser coberto pela CIM do Cávado, pela CIM do Ave e pela Área Metropolitana do Porto. Há ainda aqui um vazio de interpretação no mínimo que é não se perceber se essa deslocação vai ter compensação em função da sua área de residência ou em função do seu trajeto na totalidade. Nós defendemos, obviamente, que não esteja circunscrita à área de residência, seja em função do trajeto que é estabelecido, mas são questões que é importante que se tenham em atenção. Por exemplo, o passe família, fazer com que no máximo duas pessoas da família tenham o pagamento deste passe. Portanto, é muito sobre isto porque achamos que é muito importante para a família, é uma despesa acrescida para muitas das famílias toda esta situação do passe que não é muito barato nomeadamente, por exemplo, na deslocação entre Barcelos e o Porto.-----

-----E, por isso, nós trazemos a esta Assembleia, e esperemos que haja anuência da parte dos deputados, esta recomendação com dois pontos:-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“Um – Que a Câmara Municipal desenvolva os procedimentos necessários para a programação de políticas de mobilidade assentes na redução das tarifas e na utilização do transporte coletivo de passageiros nos seus diversos modos, assegurando a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço das populações;-----

-----Dois – Desencadeie de imediato negociações com a CIM do Ave, CIM do Cávado e Área Metropolitana do Porto, com vista à redução dos passes de transportes públicos para todos os munícipes a partir de abril de dois mil e dezanove”.-----

-----Portanto, há aqui urgência nesta questão e a intenção que nós aqui trazemos é fazer esta recomendação à Câmara Municipal para que atenda a esta mesma situação.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaríamos então de imediato à votação desta recomendação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Esta recomendação foi aprovada por unanimidade.-----

-----Passaríamos agora à última intervenção deste primeiro ciclo de intervenções, o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores, Minhas Senhoras.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Sobre os serviços públicos as nossas preocupações:-----

-----Ao longo de décadas, sucessivos Governos do PS, PSD e CDS, sozinhos ou em combinações entre si, armados da política de direita que tem como elemento central a estratégia que rompe com o caminho de desenvolvimento traçado no vinte e cinco de abril, procuraram reconfigurar o Estado e a sua administração pública aos interesses do capital e colocá-los inteiramente ao serviço das classes dominantes.-----

-----Adotaram e adaptaram o Estado às teses neoliberais – menos Estado, mais eficiência ou Estado exclusivamente regulador e não interventivo –, desregulamentaram o mercado de trabalho, privatizaram o setor empresarial e criaram as PPP, liberalizaram e encerraram serviços públicos, colocando como principal objetivo a criação de ambiente favorável à iniciativa privada, restando ao Estado uma ação supletiva.-----

-----É inegável que os problemas dos serviços públicos têm origem neste objetivo central da política de direita, que desinvestiu, desmantelou e desorganizou serviços, reduziu pessoal na lógica de saem dois entra um ou nenhum, privatizou.-----

-----Em Barcelos, todos estes problemas em torno dos serviços públicos foram aprofundados em claro prejuízo da população, em boa medida pela resignação da Câmara Municipal, que, ao contrário de muitas autarquias, calou em vez de contestar, fechou-se em gabinetes em vez de protestar, demonstrando incapacidade de ação, falta de dimensão e peso político que trave as opções que penalizam os interesses dos barcelenses.-----

-----Em Barcelos encerraram escolas, há escolas sem condições físicas e degradadas, faltam assistentes operacionais, psicólogos e técnicos especializados, há excessivo número de alunos por turma, salas de aula com vários anos de escolaridade, más condições que se refletem na vida das



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunidades educativas. A Câmara nada diz, nada faz.-----

-----Encerraram extensões de saúde, outras sem condições, outras fecham para férias, retiram valências no hospital, desclassificam a urgência, há carências de equipamentos, os gabinetes de consulta são insuficientes para as necessidades e limita a capacidade de recursos humanos, os espaços são exíguos, sem ventilação, o bloco operatório tem duas salas cirúrgicas o que é manifestamente insuficiente, faltam camas, falta dignidade, e ainda recusam o novo hospital. A Câmara nada diz, nada faz.-----

-----Privatizam os CTT, com os grupos económicos que controlam a empresa a descapitalizá-la, a alienar o património parecendo mais uma imobiliária do que um prestador de serviço postal.-----

-----Encerraram postos de distribuição e os barcelenses são confrontados com a perda de qualidade do serviço postal, constantes falhas na distribuição, atraso sistemático do correio, falta de pessoal no atendimento e pressão sobre os trabalhadores, ainda por cima aumentam os preços dos serviços. A Câmara nada diz, nada faz.-----

-----Aos problemas da Caixa Geral de Depósitos, causados pela conduta dos conselhos de administração quase todos presididos por personalidades ligadas ao PSD e ao PS, procurando criar condições e justificações para a sua privatização, a solução encontrada foi reduzir pessoal e a atividade bancária e encerrar balcões. Mais uma vez Barcelos não ficou de fora e encerraram vários balcões, o último recentemente dificultando o acesso dos barcelenses a este serviço bancário. A Câmara nada diz, nada faz.-----

-----A justiça não fugiu à injustiça, Barcelos faz parte do rol dos injustiçados com a perda de instâncias do nosso tribunal a favor de concelhos vizinhos, aprofundando ainda mais o atraso do nosso concelho e obrigando os barcelenses e empresas a deslocações e custos desnecessários, criando, por



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso, dificuldades no acesso aos serviços judiciais. A Câmara nada diz, nada faz.--

-----Também nos transportes públicos os barcelenses ficam a ver comboios servidos por um caminho-de-ferro que não corresponde às necessidades do concelho, poucas locomotivas disponíveis tornando os horários incompatíveis, com tempos de viagem morosos e preços elevados. A Câmara nada diz, nada faz.-----

-----A concessão da água de decisão local, mas percorrendo caminhos políticos abertos pelos Governos, insere-se na lógica política de submeter os serviços públicos aos interesses dos privados, contribuindo desta forma para o objetivo de reconfiguração do Estado ao serviço das classes dominantes, as consequências são mais do que conhecidas. A Câmara muito disse, mas pouco fez pois manteve a origem do mal, que foi a concessão.-----

-----Para o Partido Comunista Português os serviços públicos são um instrumento de concretização de direitos fundamentais sem o qual não é possível desenvolver o país, são um fator essencial de progresso e de justiça.-----

-----Defendemos serviços públicos de qualidade, com trabalhadores valorizados e com efetivos que correspondam às necessidades, que se criem condições de agilização e capacidade de resposta dos serviços públicos tornando-os mais acessíveis a todos os cidadãos, contribuindo de forma decisiva para o bem-estar das populações.-----

-----Apesar das muitas propostas da ação decisiva na recuperação e conquista de direitos, as limitações políticas do Governo minoritário do PS não permitiram recuperar serviços públicos essenciais.-----

-----Nesta certeza, o PCP desafia a Câmara a confrontar o Governo minoritário do PS a exigir deste que ultrapasse as suas limitações políticas e responda às justas e reais necessidades dos barcelenses.-----

-----Para isso é necessário que a Câmara abandone a sua passividade, que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assuma a ação reivindicativa, que denuncie os problemas, as suas causas e consequências, que responsabilize a política de direita. Que seja mais Câmara e menos uma extensão da administração central. Usando a máxima neoliberal, que saia da sua zona de conforto.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminamos este primeiro ciclo de intervenções dos grupos municipais, passaríamos agora ao segundo ciclo de intervenções de três minutos e começaríamos pelo senhor deputado Manuel Mota, do Partido Socialista. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Obrigado, senhor presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Senhor deputado Adélio Miranda, em nome do Partido Social Democrata. Parece-me por vezes que o PSD ainda não saiu de dois mil e nove, não tem consciência, de facto, do estado em que deixou o concelho, e pensa que é possível, mesmo não reconhecendo os avanços muito significativos que foram feitos, alterar-se todo o drama que foram trinta e oito anos de governação do PSD.-----

-----Basta recordar, como exemplo paradigmático, a água. Nós chegámos à situação de ter de fazer a concessão, não falo sequer das sessões mais recentes que todos debatemos, porque o PSD foi absolutamente incompetente no aproveitamento de fundos comunitários, como todos os concelhos vizinhos que aproveitaram cerca de oitenta por cento de fundos comunitários para este tipo de investimento. Chegando a essa situação, tiveram obrigatoriamente que fazer a concessão.-----

-----Do ponto de vista das exportações. Como é que é possível dizer-se, quando o município de Barcelos está numa situação de pleno emprego, que nós



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não somos capazes de captar investimento? É evidente que quando se compara com o município de Vila Nova de Famalicão, que tem, por exemplo, uma empresa com a dimensão da Continental Mabor, que por si só altera completamente todos os indicadores económicos, é de facto não reconhecer a especificidade dos terrenos e não reconhecer que os nossos empresários, também com o apoio da Câmara Municipal, que esta própria Assembleia cria instrumentos, quer com a diminuição da derrama, quer com os RIP's, objetivamente apoia os empresários. E mais, quando fala na incapacidade de aproveitamento de fundos comunitários. O município, responsabilidade do senhor presidente, também com o apoio dos técnicos do município, em vinte e sete de dezembro do ano passado conseguiu só no PEDU avançar de forma muito significativa e de forma definitiva com projetos marcantes que serão concretizados no ano de dois mil e dezanove: a requalificação da Gonçalo Pereira para o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; a Casa Ascensão Correia; as ciclovias com a possibilidade de *bike-sharing*; por exemplo, o Mercado Municipal com um investimento de mais de três milhões de euros, muito significativo na economia local; o largo José Novais, o largo de São José. Um conjunto de investimentos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento do concelho.-----

-----Em relação ao BTF, é importante um esclarecimento. A Câmara Municipal de Barcelos já reuniu com a ministra, o senhor presidente e a senhora vereadora Anabela Real já reuniram com a ministra da justiça, infelizmente e lamentavelmente o mapa judiciário, muito mal feito pelo PSD, mantém-se apesar de estar a ser feito um estudo com o intuito de mudar essa mesma realidade. Lamentavelmente eu pedi ao senhor deputado José Paulo Matias, em nome do BTF, que fizesse uma alteração porque nós achamos que mais importante do que outra coisa qualquer é que de facto as reivindicações sejam



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feitas em conjunto, mas, pareceu-nos, não houve a possibilidade de alterar a designação da comissão, não incluir o senhor presidente da Câmara, eu acho que o objetivo destas comissões é de facto concretizarmos aquilo que defendemos. E nós achamos que é fragilizador, é profundamente fragilizador, para uma comissão que tem como objetivo aquilo que nós também concordamos, retirar a pessoa do senhor presidente da Câmara que depois naturalmente até podia delegar. Portanto, finca-pé feito pelo BTF de estar um representante que fosse um vereador, em nosso entender é um remoque objetivo ao executivo municipal e em nosso entender, mais importante do que ser o BTF, o Bloco de Esquerda ou o Partido Socialista, é importante que as medidas se materializem.-----

-----Em relação ao CDS e ao Bloco de Esquerda, estivemos a favor, apenas com um nota para os dois:-----

-----A do CDS, como sabem, o senhor vereador António Ribeiro é profundo conhecedor desta matéria, a Câmara Municipal reuniu no seu conselho de ação social e tramitou esta matéria, trabalhou sobre esta matéria, e está um plano estratégico desenvolvido sobre esta matéria.-----

-----E, em relação ao Bloco de Esquerda, só uma nota, pode ser acrescida mesmo depois da votação, a CIM do Alto Ave também deve ser consultada e envolvida nesta matéria.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Joel Sá, pelo PSD, informando os senhores deputados que vão intervir que a mesa vai conceder mais um minuto para além do tempo regimental, para termos o equilíbrio de intervenções.-----

-----Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, Público, Comunicação Social, a todos aqueles que nos seguem via *web*.-----

-----Sobre as várias intervenções que hoje aqui foram proferidas, teremos naturalmente algumas considerações aqui a fazer.-----

-----Relativamente à moção do CDS, nós naturalmente que temos todo o respeito e toda a consideração pelos cuidadores informais, é um assunto, como aqui foi dito, e bem, que está a ser debatido na Assembleia da República e será votado brevemente, naturalmente o Partido Social Democrata terá uma palavra sobre esta matéria.-----

-----Relativamente sobre a proposta do BTF, aquilo que eu tenho a dizer é que, mais uma vez, o Governo, com o apoio do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda, prometeu, prometeu, mas não cumpriu, quatro anos de mais ilusão. E, mais uma vez, quem viu o PS e quem vê o PS relativamente a este tema.-----

-----Quanto ao PCP. Senhor deputado do PCP, eu acho que hoje é o dia que os senhores são oposição, porque na quarta-feira os senhores eram do poder. Porque quem ouve a sua intervenção, a criticar o estado de coisas que o nosso país está neste momento, fica com sérias dúvidas de que lado é que os senhores estão. Este Governo existe com todas as condições porque os senhores apoiam e votam o orçamento e todas as condições para este Governo estar em funcionamento e, como foi dito, na quarta-feira na Assembleia da República os senhores são completamente submissos ao Partido Socialista e a este Governo. Portanto, relativamente àquilo que foi a sua intervenção está tudo dito, quando os senhores apoiam da forma que apoiam este Governo.-----

-----Relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, somos sensíveis e estamos naturalmente preocupados com essa situação, mas aqui carece de um



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema, nós não somos uma grande área metropolitana que tem toda a estrutura de transportes que elas têm. Nós não temos uma estrutura de transportes e é preciso fazer aqui um estudo entre a interconectividade que pode existir entre os vários municípios, entre as CIM, e daqui acautelarmos como é que, por exemplo, um estudante que vai daqui para Guimarães, que vai encontrar empresas diferentes, com contratos diferentes, com meios de transporte diferentes, pode utilizar, por exemplo, o mesmo passe nessa viagem. É preciso haver aqui um estudo profundo relativamente a esta matéria, que a Câmara Municipal terá que se empenhar com outras autarquias para conseguirmos neste sentido que haja uma interconectividade para que possa ser efetiva esta questão. E como aqui disse, e demonstrativo, o valor que está atribuído para a nossa região é muito insignificante e mais uma vez nós somos uma região que muito produz mas que paga para as outras áreas do país, sem com isto criar sectarismos, mas que é um facto.-----

-----Relativamente àquilo que o Partido Socialista nos traz aqui hoje. Ó senhor deputado, eu não sei se o senhor vive cá ou não porque os barcelenses conhecem o que é Barcelos, o que era Barcelos, aquilo que é feito hoje em Barcelos.-----

-----Os barcelenses recordam-se e sabem que hoje à perseguição a funcionários da Câmara Municipal, no passado não havia.-----

-----Nós sabemos hoje que a Câmara Municipal de Barcelos litigância tem muita em tribunal, no passado não se conhecia, e tem muitas condenações.-----

-----Nós não conhecemos uma visão de futuro e uma estratégia para o concelho de Barcelos, ao contrário de outros. O senhor quando fala de Famalicão dá exemplo de uma grande empresa?! Sim, mas nós também conhecemos aquilo que é a ação da Câmara Municipal no dia-a-dia no terreno relativamente à captação de investimento e à captação de empresas para o seu



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

território e apoio às empresas. Não vemos no nosso concelho e continuamos a ficar para trás relativamente a outros concelhos.-----

-----Falar do hospital, senhor deputado? No orçamento do Estado? O que é que está no orçamento do Estado? O que está, aquilo que o Bloco conseguiu, é zero, porque nós efetivamente não temos nada e vamos continuar, infelizmente, a não ter. Havia uma proposta, sim, essa do PSD, que queria retomar todo o processo em relação ao hospital que os senhores chumbaram. Portanto, aqui demonstra bem qual é a fé que o Partido Socialista tem relativamente a este assunto. Chumbam aquilo que era dar continuidade a um processo e votam a favor da inclusão de uma coisa que não é nada, aquilo que está no orçamento do Estado não obriga o Governo a coisa nenhuma. Mais uma vez o Governo e o Partido Socialista são peritos nisto, em criar ilusão, muita ilusão aos barcelenses que se vai fazer, e o Bloco também andou todos os dias a reunir a dizer “queremos que se faça”, mas ação concreta do novo hospital é zero, não se conhece. Conhece-se reuniões, boa vontade da senhora ministra a dizer “sim, senhor, é importante o hospital de Barcelos”, mas ações concretas, aquilo que os barcelenses querem, não se conhece rigorosamente nada.-----

-----Falar em centros de saúde, senhor deputado? Conhece o Centro de Saúde de Sequeade? As condições que ele tem?-----

-----Falar da requalificação dos bairros sociais? Sabe qual foi o Governo que deliberou e assinou para que os bairros de Arcozelo fossem requalificados? Sabe qual foi o Governo? Foi o Governo anterior, senhor deputado. Foi esse que assinou.-----

-----Portanto, o senhor na intervenção que fez aqui não conseguiu demonstrar uma obra estratégica e de fundo no concelho de Barcelos ao longo destes anos de gestão do Partido Socialista, infelizmente para todos nós.-----

-----Muito obrigado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. A mesa ao conceder mais um minuto parte do princípio que os senhores deputados não esgotam os quatro minutos, porque senão vamos tendo um acrescento em cada intervenção com benefício do último interveniente.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Paulo Matias, pelo BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Eu vou-me só cingir às palavras do Manuel Mota porque para mim é o mais relevante desta intervenção aqui como declaração de voto que o BTF quer fazer.-----

-----Primeira questão – Soubemos hoje, porque o senhor Manuel Mota disse aqui, que o senhor presidente da Câmara e a senhora vereadora Anabela Real já tiveram uma reunião com a senhora ministra da Justiça. Resultado: o que é que se passou? Esta Assembleia não sabe. Se o senhor sabe, a Assembleia não sabe. Eu penso que é importante que uma moção que seja aprovada nesta Assembleia a pedir informações que tenha essa informação. Não temos. Isso mostra bem a falta de informação e de democracia que deveríamos exercer nesta Assembleia.-----

-----Segunda questão – Eu cedi a um pedido do senhor Manuel Mota e alterei a nossa moção. A nossa moção era para formar uma comissão meramente no âmbito da Assembleia Municipal. O senhor deputado Manuel Mota pediu-me, em nome do Partido Socialista, se era possível incluir uma representação da Câmara. Nós achamos, depois de conversar com alguns colegas meus do BTF, que poderíamos admitir essa situação sem desprestigiar o presidente deste órgão que é o senhor presidente da Assembleia Municipal. Do meu ponto de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vista e do ponto de vista do BTF, se a representação de uma comissão for presidida pelo senhor presidente da Assembleia Municipal, não tem cabimento que também vá o senhor presidente da Câmara, por isso termos dito que, sim, senhor, uma representação de um vereador. Cedemos a um pedido do senhor Manuel Mota. Surpreendeu-me a votação do Partido Socialista aqui depois de eu ter cedido, de ter tido o cuidado de mandar uma nova moção, alterando o ponto um que tínhamos na nossa ordem, e votarem contra?! Tudo bem, é a vossa responsabilidade. Congratulo-me, apesar de tudo, por a maioria desta Assembleia ter aprovado esta moção.-----

-----E já agora quero aproveitar, e lembrar o senhor Manuel Mota, que foi constituída no âmbito desta Assembleia uma comissão contra a linha de muito alta tensão, que o senhor presidente é, de facto, o nosso presidente da Câmara. Já reuniu alguma vez? Que eu saiba, não. Nunca tomou posse, nunca reuniu.-----

-----Portanto, eu da experiência que tenho, das lides que tenho andando aqui nestas coisas, penso que uma comissão da Assembleia Municipal, e por uma questão de separação de poderes, deve ser dirigida, orientada pelo senhor presidente da Assembleia Municipal. Esta é a posição do BTF. Não somos obrigados a pensar de maneira diferente, não se trata de uma questão de desrespeito para com o senhor presidente da Câmara, o senhor presidente da Câmara representa a Câmara, foi eleito como presidente da Câmara e tem toda a legitimidade de representar a Câmara no exterior. Agora, a Assembleia também tem os seus poderes próprios. Este é um poder próprio desta Assembleia, a Assembleia votou, de facto, uma comissão para ir à senhora ministra da Justiça tentar resolver este assunto e espero que tenhamos sucesso nessas reivindicações.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra, pelo CDS-PP, o senhor deputado José Manuel Cardoso. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Obrigado, senhor presidente.--

-----Um breve comentário aqui às propostas apresentadas e às considerações que foram feitas. Congratulamo-nos com a votação sobre a nossa recomendação, não temos complexos em ter votado também favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda, que não temos esse complexo em votar ao lado dos extremistas, ou assim como entenderem, nós queremos é o bem-estar das pessoas, é isso que nos move.-----

-----Relativamente ao BTF, votámos também favoravelmente, achamos que deve ser apresentada essa comissão e discuti-la junto do Governo.-----

-----Relativamente às declarações do PSD, concordamos com alguns dos pontos que foram aqui elencados, de facto a nacional trezentos e seis, principalmente na área sul, está em condições muito deploráveis, era necessário que todos nós fizéssemos um esforço, principalmente o senhor presidente da Câmara, um esforço junto da tutela para aquela estrada ter, de facto, um melhor pavimento e acima de tudo suprimir aquelas lombas, por muito que se entenda que façam falta por causa de um condutor mais exagerado na velocidade, mas quem faz aquela estrada todos os dias, e há muitos dos aqui presentes que fazem essa estrada todos os dias, eu também a faço agora recentemente, é de facto muito, muito preocupante.-----

-----Relativamente aqui às posições tomadas pelo PS, de facto Barcelos está melhor, senhor deputado Manuel Mota, mas é pouquinho, como alguém diria, é pouquinho.-----

-----Relativamente ao hospital de Barcelos, eu nem quero dizer, e desculpe estar a personalizar na sua pessoa, um folheto que tanto sinalizou a construção do hospital de Barcelos e infelizmente não temos. E eu já disse aqui nesta



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia que não prevejo nos próximos anos que iremos ter um novo hospital para pena nossa, nossa de todos os barcelenses, que é bem necessário. Também não entro no discurso, como fez ali o Mário Figueiredo, em que se retirou valências ao hospital, pelo contrário, até se reforçou em equipamentos agora com a entrada de um TAC. Isso não chega? É preciso mais? É, sim, senhora.-----

-----Quanto à colaboração com os centros de saúde, é natural, o país não tem dinheiro, a dívida pública aumentou, não há nada como ter a colaboração das Câmaras, sim, senhora, acho bem, mas é preciso ainda fazer mais.-----

-----Políticas sociais. Também se pode fazer um pouco mais, já aqui apresentámos a nossa moção.-----

-----Na educação. Acho piada o Mário dizer aqui que há falta de assistentes operacionais! E depois ainda pede ao senhor presidente da Câmara para fazer correção junto da tutela?! Mas vocês como é que são na Assembleia da República? A moção que o CDS apresentou esta semana foi para fazer cair a máscara ao Bloco de Esquerda e ao PCP! No essencial apoiam este Governo! Querem ser oposição nos outros dias, mas na Assembleia da República votam ao lado do Governo. São vocês que sustentam este Governo! Um Governo que nem ganhou as eleições. Só está a governar porque tem o apoio do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, senão não governavam. Essa é que é essa. Portanto, vocês não podem vir aqui fazer uma retórica de lavar as mãos como Pilatos quando vocês são coniventes nas políticas atuais deste Governo.-----

-----A questão que disse aqui o PS que eu disse que é pouquinho. Claro. Temos três por cento de desemprego? Ótimo, mas isso atualmente. E quem nos garante que no futuro, como no setor que nós tanto dependemos, que é o têxtil, vamos manter sempre esta taxa de desemprego? Há que de facto este executivo, que é o que está a governar, pensar em alternativas à indústria têxtil



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que temos, há que criar condições, mais parques industriais, captar mais investimento. Não é uma questão de fábrica de pneus, caro colega. Somos economistas e sabemos bem como funciona a economia de outros concelhos que aqui já foram ditos. Mas é preciso mais, é preciso mais complexos desportivos, é preciso criar mais partes lúdicas, é preciso melhor condições para algumas instituições, isso também é necessário. Há de facto uma melhoria, mas é pouquinho, senhor deputado.-----

-----Tenho dito.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o senhor deputado José Maria Cardoso. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social e quem nos vê e ouve via *web*.-----

-----Algumas considerações sobre, por um lado, algumas coisas que foram aqui ditas e, por outro, em relação às opções de voto que tivemos em função daquilo que foi hoje apresentado.-----

-----Na verdade ouvimos aqui dois discursos interessantes, um por parte do Partido Socialista em que Barcelos está muito melhor, a questão do emprego, é verdade e é reconhecido, mas, atenção, a questão do emprego não se arvore, digamos, o feito enquanto local, porque é evidente que é uma questão nacional, por acaso também é o mesmo partido, mas é uma questão nacional que tem implicações diretas na questão do emprego e não propriamente a questão autárquica que está subjacente ao emprego.-----

-----E depois de seguida ouvimos um discurso do PSD e então fizemos assim



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma espécie de percurso, caminhamos do limbo à catástrofe. Ou seja, o senhor deputado do PSD disse uma coisa muito interessante: é que nós somos muito bons mas estamos muito mal. Portanto, há aqui qualquer coisa que na verdade não bate certo, não é? É verdade, nós enquanto Bloco de Esquerda ficamos aqui um bocadinho no espaço intermédio, mais ou menos a meio deste percurso, nem tanto catastrófico, nem tanto olímpico, somos moderados em algumas situações. Na verdade melhorou, o concelho melhorou, é indiscutível, mas melhorou muito menos do que aquilo que seria expectável, desejado e até merecido para os barcelenses. Portanto, há que na verdade aceitar esta situação como um facto que é um percurso que ainda se está a iniciar e que nós achamos que tem obrigatoriamente que ter outro tipo de políticas que levem a outro tipo de resultados.-----

-----Em relação às moções que foram apresentadas e recomendações. Em relação à moção apresentada pelo BTF, na verdade votámos favoravelmente porque, é caso para dizer, há que repor a justiça ao exercício da justiça em Barcelos e urge fazer isso sem dúvida alguma. Mas queríamos chamar a atenção para as comissões, já aqui foi referido, e aqui fazia uma recomendação ao senhor presidente da Câmara ou a quem está em exercício do poder neste momento e em representação, que nós temos vindo a criar algumas comissões que muito sinceramente até ao momento servem para muito pouco. Nós criámos aqui uma comissão de acompanhamento do novo hospital, formada a partir de uma proposta da Câmara Municipal, reuniu duas vezes e já não reúne há um ano, dá a impressão que o problema que não existe, que não importa, que não interessa, que acabou, que já não existe. Isto não é a realidade. Nós fizemos, sob proposta do Bloco de Esquerda, foi aprovado uma comissão para tratar e acompanhar o problema da muito alta tensão e nem sequer tomou posse, já lá vai um ano! Portanto, vamos lá ver para que é que servem e qual é o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respeito pela criação destas comissões e qual é o respeito pelas decisões e deliberações desta Assembleia Municipal. Porque é evidente que esta questão não pode ser simplesmente aceite como um facto interessante e importante, mas depois não se dá passo na sequência.-----

-----Quanto à recomendação que nós apresentámos, congratulo-me naturalmente pela aprovação unânime, mas espero que esta recomendação não caia em saco-roto, que seja para levar a sério, até porque nós já apresentámos uma moção anteriormente neste sentido e até hoje não obtivemos qualquer resposta se foi dado ou não continuidade a esse processo. É evidente que isto é mudança de transportes, é a questão das empresas diferentes e tudo mais, mas é verdade que é algo de importante.-----

-----E agora para terminar, com algum complexo, um tanto ou quanto complexado, justifico por que é que o Bloco de Esquerda foi pela abstenção na proposta apresentada pelo CDS ou, melhor dizendo, votou pela abstenção. O problema é importantíssimo, não é por acaso que o Bloco de Esquerda tem um projeto de lei apresentado, tal qual tem o CDS, tal qual tem o Partido Socialista e tal qual tem o Governo, creio eu, mas é um projeto de lei que baixou à especialidade, que precisa de ser discutido e ser votado. Para permitir o quê? Que, por exemplo, o primeiro ponto que aqui é apresentado tenha um sustento legal para se formar. Quando se diz que a Câmara Municipal de Barcelos promova a criação de uma rede de cuidadores do concelho, isto é preciso ter um suporte legal que não está garantido ao momento, senão não é mais do que uma indicação. Quando se fala aqui em cuidadores formais e informais há que distinguir isto, porque dentro dos cuidadores informais há a tempo inteiro, há a tempo parcial, há o ocasional. Há inclusive a expectativa de ter cuidadores profissionais. Ao abrigo do quê? Articulado com a Segurança Social, com o Serviço Nacional de Saúde, tudo isso é preciso estar contemplado na lei para ser



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível ser criado. Nós concordamos inteiramente com o ponto quatro e o ponto cinco, quando são chamadas de atenção, o papel dinamizador, a sensibilização para o problema, isso sim. Agora, estar a criar algo aqui relacionado com o concelho e depois não haver um suporte legal onde isso possa funcionar parece-nos de todo extemporâneo e que não faz sentido ao momento ser apresentado. E, por isso, nós nos abstivemos, não contra aquilo que é a questão subjacente à moção e à recomendação, o problema dos cuidadores informais ou formais, mas é muito não haver um suporte legal para que isto possa se desenvolver.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para terminar, o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado, apelando ao respeito pelos quatro minutos, embora tenhamos a compensação de não termos até ao momento ninguém inscrito para os trinta minutos do público.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente, vou tentar cumprir aquilo que me foi pedido.-----

-----Em relação à moção do Bloco de Esquerda e do BTF, sobre assuntos como os transportes e justiça, naturalmente são matérias de preocupação do Partido Comunista que ao longo dos anos já mereceram várias iniciativas quer institucionais, quer de rua, na defesa destes serviços, portanto, votámos a favor destas moções.-----

-----Em relação à moção do CDS, também votámos a favor e dizer que o Partido Comunista apresentou já em março de dois mil e dezoito um projeto aprovado por unanimidade, que reforça o apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência. Portanto, já leva um ano, pelo menos, este projeto aprovado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Dizer, em relação à intervenção do deputado Manuel Mota, que de facto dizer que o pleno emprego em Barcelos se deve à ação do executivo é um exagero, aliás, foi também com o executivo do PS que o desemprego em Barcelos foi o mais alto de sempre. Portanto, isto tem, de facto, a ver com a conjuntura nacional, mas também dizer que esse pleno emprego também está ferido de baixos salários, de precariedade e a própria Câmara foi durante muito tempo promotora dessa mesma precariedade.-----

-----Dizer que, na educação, os manuais hoje são gratuitos à custa do Partido Comunista Português que, na Assembleia da República, fez aprovar esta gratuidade. Portanto, quem financia hoje materiais gratuitos aos alunos é o Governo, por iniciativa do Partido Comunista. Encerraram-se várias escolas por aí fora...-----

-----Na saúde, nós sabemos o estado da saúde em Barcelos e não é nada recomendável.-----

-----A questão da concessão da água foi muito mal resolvida.-----

-----Os transportes rodoviários e ferroviários não são de todo adequados.-----

-----Falta o mercado ao fim de dez ou doze anos.-----

-----A zona ribeirinha e por aí fora...-----

-----Em relação à intervenção do PSD e CDS, relativamente aos apoios que o Governo minoritário do PS merece ou tem na Assembleia da República. De facto o Partido Comunista deu um grande contributo para travar a política de desastre do PSD e do CDS. Aqueles que andaram aí a vender o peixe que se estava a eleger um primeiro-ministro acharam-se enganados e hoje os portugueses sabem, pelo desafio que o Partido Comunista fez no dia das eleições, que se elege deputados e que é a Assembleia da República que elege um Governo.-----

-----E vamos lá ver quem dá o apoio minoritário:-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O projeto que o Partido Comunista apresentou para reverter a privatização dos CTT, ou seja, a nacionalização através dos CTT, como é que votou o PSD esse projeto e como é que votou o deputado Joel Sá? Como é que votou? Contra. Onde é que foi buscar o PS o apoio para continuar a privatização dos CTT?-----

-----As propostas que o Partido Comunista apresentou sobre as alterações do mapa judicial, onde é que foi buscar o apoio o PS senão ao PSD e ao CDS, que vocês votaram contra essas alterações.-----

-----As propostas para terminar com as PPP's, nomeadamente a parceria público-privada aqui do Hospital de Braga, como é que votou o PSD e onde é que o PS foi buscar o seu apoio? E como é que votou o deputado Joel Sá?-----

-----Em relação à não construção do hospital, o que é que fez o PSD e o CDS enquanto Governo em relação à construção do novo hospital aqui em Barcelos? Nada! Nada! Nada!-----

-----Em relação às propostas de contratação por falta dos tais assistentes operacionais, às propostas de contratação de pessoal para a administração pública e o fim da precariedade na administração pública, como é que se coloca o PSD e onde é que o PS vai buscar apoio?-----

-----Em relação à proposta do Partido Comunista Português para o aumento do salário mínimo nacional para seiscentos e cinquenta euros, onde é que o Partido Socialista foi buscar o apoio senão ao PSD?-----

-----Portanto, nós damos apoio em algumas coisas como, por exemplo, a gratuidade dos manuais escolares e vocês colaboraram com o Governo no agravar da lei laboral, de não aumentar o salário mínimo nacional, de manter os CTT privados. Portanto, não venha aqui atirar areia aos olhos das pessoas e diga aqui como é que você votou isso. Diga aqui como é que votou!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Senhores deputados, eu agradeço que não façam diálogo, a democracia é isto mesmo, cada um vai esgrimindo os seus argumentos.-----

-----Terminou o período de sessenta minutos de antes da ordem do dia, seguir-se-á o período de intervenção do público de trinta minutos. Eu tinha a informação, no início desta Assembleia, que não havia ninguém do público inscrito. Mantém-se essa não inscrição? A não ser que alguém se manifeste neste momento e já o devia ter feito antes, como diz o regimento.-----

-----Ninguém se manifestando, vamos passar então ao período da ordem do dia e começaríamos pelo ponto um.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto um – Aprovação da ata da sessão de vinte e seis de janeiro de dois mil e dezanove.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, como habitualmente, eu iria fazer a proposta da dispensa da leitura da ata!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Um do PSD)-----

-----Foi dispensada a leitura da ata por maioria com uma abstenção.-----

-----Passaríamos agora à votação da ata!-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Um do PSD)-----

-----A ata foi aprovada também por maioria com uma abstenção.-----

-----Passaríamos agora aos restantes pontos da ordem de trabalhos, chamando a atenção, de acordo com aquilo que foi acordado na reunião com os líderes dos grupos municipais, que iríamos discutir em bloco os pontos dois, três



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e quatro e faríamos uma votação individualizada.-----

-----Eu iria pedir aqui ao meu secretário doutor Saleiro para, por favor, introduzir os temas dois, três e quatro da agenda. Faz favor.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto dois – Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Vila Cova e Feitos, de dezassete de dezembro de dois mil e dezassete, relativa à desagregação da respetiva União das Freguesias.-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins), de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezoito, relativa à desagregação da respetiva União das Freguesias.-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro), de dezanove de abril de dois mil e dezoito, relativa à continuidade da agregação da respetiva União das Freguesias.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Irámos então passar ao período de inscrições, os senhores deputados que se querem inscrever fazem o favor de se manifestar!-----

-----Então passaríamos de imediato às intervenções, regimentalmente de seis minutos, e iria dar a palavra à senhora deputada Sara Magalhães, do BTF. Faz favor, senhora deputada.-----

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito boa noite!-----

-----Começo por endereçar os melhores cumprimentos a toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente.-----

-----Cumprimento todo o executivo na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Queridíssimo Público, Caríssima Comunicação Social.-----

-----Jean-Jacques Rousseau escreveu, um dia, que *“na política, tal como na moral, é um grande mal não fazer bem”*.-----

-----Para mim, enquanto subscritora da moção apresentada em Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins), este é um momento particularmente especial e é especial por tudo aquilo que representa...-----

-----A moção que a todos vós foi enviada e que agora se roga pela sua ratificação é a voz do órgão que a aprovou por unanimidade e é a voz do povo de Campo e de Tamel (São Pedro Fins).-----

-----Agora, será a minha voz...-----

-----As nossas freguesias foram agregadas forçosamente e à revelia da vontade das suas populações.-----

-----Passados mais de cinco anos sobre a agregação entre as duas distintas e laboriosas freguesias, e cujas populações se orgulham de cultivarem as suas raízes seculares com identidades bem próprias, importará perguntar: valeu a pena? Não, não valeu a pena!-----

-----Por isso, e enquanto eleita como representante do BTF e dando voz a todos os cidadãos livres que me elegeram para a Assembleia de Freguesia, bem como daqueles que se identificam com o exercício de uma democracia plena e no direito de se pronunciarem acerca dos seus destinos, é tempo de sermos nós a defender e lutar pelas nossas raízes e convicções!-----

-----Para tanto, tomámos a nossa posição e deliberámos (favoravelmente) enviá-la ao senhor presidente da Assembleia Municipal de Barcelos; deliberámos (favoravelmente) que a nossa posição fosse enviada a todos os grupos municipais representados neste órgão; e deliberámos (favoravelmente) que depois de ratificada o senhor presidente desta Assembleia dela dê



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento ao senhor presidente da Assembleia da República, a todos os grupos parlamentares e ao senhor primeiro-ministro.-----

-----Saudamos a sua inclusão na ordem do dia desta sessão.-----

-----Queremos ser exemplo daqueles que inconformados com a sua agregação lutam pelas suas raízes e convicções. Na verdade, olhando para a ordem de trabalhos desta sessão, sinto que já o somos!-----

-----Mas, as restantes moções enviadas, dos pontos dois e quatro, não deliberaram ainda o envio para ratificação desta Assembleia e ainda mesmo assim constam da ordem do dia.-----

-----Deixo ainda a nota do erro colossal da moção da União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro) ter sido enviada para esta Assembleia não pelo órgão que a deliberou mas pelo senhor presidente da Junta, quando deveria ter sido enviada, obviamente, pelo senhor presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias. Onde anda a separação de poderes? Apesar de tantos erros, foi espontânea a sua inclusão.---

-----“*Na política, tal como na moral, é um grande mal não fazer bem*”!-----

-----Dizer ainda que é inevitável concluir:-----

-----Primeiro – Urge ouvir, com atenção, as intenções da nossa população, que de uma forma livre se expressa quanto à manutenção ou não da agregação;-----

-----Segundo – A desconsideração em absoluto do Partido Socialista pelos seus representantes.-----

-----Vamos ao primeiro ponto:-----

-----Em dois mil e treze, o Governo, PSD/CDS, camuflado pela *troika*, implementou a reorganização administrativa das freguesias persuadindo os portugueses (como habitual) que a lei seria essencial para reduzir a despesa pública e os défices orçamentais excessivos. Ora, a Lei número onze-A/dois mil e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

treze, de vinte e oito de janeiro, conhecida como “lei Relvas”, entrou em vigor sem qualquer consideração e, diga-se até, com total desprezo pelas inúmeras vozes de discordância que se manifestavam por todo o país e, claro, no nosso concelho. Como sabem (espero), as transferências financeiras para Juntas de Freguesia tinham um impacto orçamental pouco significativo. Mas, ainda assim, o Governo dirigido pelo PSD/CDS impôs, em Barcelos, dezoito uniões de freguesia sem que estas tenham consentido, de algum modo, para aquele que seria o seu rumo.-----

-----“*Na política, tal como na moral, é um grande mal não fazer bem*”!-----

-----Hoje, é por todos conhecida a existência de grupos que se manifestam contra a agregação no nosso concelho (liderado até por membros de órgãos partidários).-----

-----Importará dizer que estas manifestações públicas são o resultado do comportamento adotado tanto por este executivo como pelo seu partido ao ignorar a vontade, as manifestações e o inconformismo das suas gentes.-----

-----E, forçosamente, esta linha de reflexão leva-nos ao segundo ponto:-----

-----Na sessão de trinta de novembro de dois mil e dezoito desta Assembleia, o BTF propôs que todos os órgãos das freguesias agregadas se manifestassem quanto à manutenção da sua agregação; ainda, que os cidadãos eleitores se manifestassem em plenários, petições ou de outro modo de auscultação (exceto referendo) dentro do seu território geográfico sobre a manutenção da sua agregação; e, que todas estas posições fossem enviadas aos órgãos nacionais, nomeadamente ao senhor presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares e ao senhor primeiro-ministro.-----

-----Para espanto (diga-se) a proposta é chumbada por votos que maioritariamente provinham da bancada socialista.-----

-----Espanta-nos (ainda mais) esta posição, quando, como se vê pela ordem



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de trabalhos desta sessão, duas Assembleias de Freguesia dirigidas por socialistas já tinham deliberado sobre o tema, uma em dezembro de dois mil e dezassete, outra em abril de dois mil e dezoito. Convém repetir, a proposta do BTF é de trinta de novembro de dois mil e dezoito, ou seja, bastante posterior às duas deliberações.-----

-----Por conseguinte, dúvidas não restam que o voto contra da bancada socialista desconsiderou a tomada de posição dos seus próprios representantes nas freguesias agregadas.-----

-----*“Na política, tal como na moral, é um grande mal não fazer bem”!*-----

-----Para que não se volte a cometer os mesmos erros, esta Assembleia deve ratificar todas as moções constantes nos pontos dois, três e quatro, porque só assim se poderá, na política, tal como na moral, não fazer mal e fazer bem!-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra agora o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia.-----

-----O processo de agregação de freguesias operado pelo PSD/CDS mereceu a contestação e repúdio expressos no silêncio da mais de dois terços das Assembleias Municipais que se recusaram a colaborar na extinção de freguesias, apesar das fortíssimas pressões exercidas na altura, e também expressos nas múltiplas manifestações populares, de trabalhadores e autarcas, tendo o concelho de Barcelos acolhido uma expressiva manifestação nacional com grande contributo do movimento barcelense “Freguesias Sim!” formado na altura.-----

-----Muitas razões houve e há para a contestação e repúdio, mas uma surgiu



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como transversal e imediata: o desrespeito pelos princípios e formas de participação democrática profundamente entrosados na própria natureza do poder local.-----

-----O poder local democrático, ao longo de décadas, foi responsável por profundas transformações sociais e pela melhoria das condições de vida das populações, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento local, regional e nacional e para a superação de enormes carências existentes em Portugal. Foi isto que o processo de agregação de freguesias tentou ferir.-----

-----O impacto deste processo nas funções autárquicas teve consequências profundamente negativas, perdeu-se proximidade, dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas, reduziu-se a capacidade reivindicativa das populações e perdeu-se identidade. Não há um único exemplo de agregação que tenha contribuído para o aumento do bem-estar da população e para o reforço da ligação autarcas/fregueses, antes pelo contrário.-

-----Um processo que contribuiu para a fragilização da democracia retirando a milhares de cidadãos a possibilidade de se candidatarem, envolverem-se na participação efetiva da resolução dos problemas locais e serem eleitos para os órgãos de freguesia, foram menos de vinte mil eleitos e candidatos muitas dezenas de milhar a menos. Só nestas freguesias que hoje solicitam a esta Assembleia Municipal a ratificação das suas decisões foram menos trinta e três eleitos e mais de uma centena de cidadãos impedidos de se candidatarem, no concelho foram centenas de eleitos a menos e muitas centenas de cidadãos impedidos da sua candidatura. O que no aspeto democrático esta agregação de freguesias conseguiu foi de facto afastar cidadãos da vida ativa política de uma forma efetiva na resolução dos seus problemas.-----

-----Foi, também, este incómodo da participação popular que o PSD e o CDS procuraram aniquilar com o processo de agregação.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Contrariamente à propaganda política, a extinção de freguesias em nada contribuiu para o reforço da coesão territorial, mas sim para o aumento das assimetrias regionais existentes. Ao encerramento de serviços públicos somou-se a liquidação da freguesia que em muitas localidades, em particular as rurais, a freguesia era a única entidade que restava, estas populações foram ainda mais esquecidas e abandonadas. No concelho de Barcelos, PSD e CDS extinguiram quarenta e seis freguesias atendendo que só quarenta e três existem tal e qual antes do processo de agregação.-----

-----No plano financeiro o impacto deste processo foi praticamente nulo.-----

-----O Partido Comunista Português desde a primeira hora esteve contra a extinção de freguesias, foram muitas as iniciativas junto das populações na sua defesa, muitas iniciativas institucionais com a apresentação de projetos-lei e moções a reclamar a reposição de freguesias.-----

-----Rejeitámos sempre a perspetiva de reorganização do território com base em critérios cegos e que ignoram a realidade. A reorganização administrativa do território tem de ser ponderada, atenta às necessidades das populações e às características do território e nunca, como aconteceu, contra estas condições.---

-----No projeto-lei número duzentos e treze apresentado pelo PCP, em maio de dois mil e dezasseis, rejeitado pelo PS, PSD e CDS – está aqui mais um exemplo de quem é a muleta do Governo PS quando se trata de fazer patifarias ao povo –, que estabelece o regime para a reposição de freguesias, o PCP defende a abertura de um período de debate e de decisões locais que culminem em deliberações tomadas em sessões especiais dos órgãos, que possa conduzir para o processo o resultado de experiências entretanto vividas. Sendo, nesta matéria, vedada pela constituição o recurso ao referendo, nada impede, antes impõe-se, que os atuais órgãos autárquicos promovam, por diversas vias, a auscultação das populações e acolham o sentimento, opiniões e propostas



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dominantes.-----

-----Embora reconhecendo que estas deliberações não produzem qualquer vínculo, não posso deixar de valorizar o significado político das posições das Assembleias de Freguesia, porque entendo que os órgãos de freguesia e também os municipais têm um papel determinante na concretização da reorganização administrativa do concelho de Barcelos que corresponda aos interesses da população e que atenda às especificidades do nosso território.-----

-----Disse.-----

-----Muito obrigado pela vossa atenção.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caro Público, Comunicação Social, e quem nos vê e ouve via *web*.-----

-----A ver se consigo ser explícito sobre o que pretendo dizer a propósito desta questão que nos está colocada e que, convenhamos, é um tanto ou quanto complicada. Isto porque:-----

-----Primeiro – Tudo entronca, todo o problema está criado a partir do momento da famigerada “lei Relvas”, que foi aprovada na altura pelo Governo anterior em nome daquilo que se dizia ser os demandos da *troika*. Foi sempre muito contestada toda esta agregação/união, como queiramos chamar, feita pura e simplesmente *à la carte*, sem qualquer critério, sem qualquer princípio, sem nunca se entender quais os objetivos que não seja aquilo que era imposto, sem qualquer valor democrático que regesse em termos de opiniões de quem quer que fosse, nomeadamente de quem estava no poder autárquico local. E,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, o problema emana daí e nunca pode ser esquecido.-----

-----Mas desde sempre nós defendemos e não tendo um princípio imobilista, que nada pode ser mudado, pode, obviamente que sim, desde que haja considerações que essa mudança é benéfica para quem está representado, nomeadamente, neste caso, as populações. E então sempre defendemos que um dos princípios básicos que tem que estar subjacente a qualquer uma destas alterações é ouvir a população, auscultar a população. E mantemos esse mesmo princípio. E, por isso, achamos que qualquer uma destas alterações que aqui são colocadas em termos de posição legítima das Assembleias de Freguesia, legítima sem dúvida alguma, carece desta auscultação. Ou seja, não há nada aqui que diga que as populações defendem aquilo que as Assembleias de Freguesia acharam por bem aprovar. Nada. Nada nos garante. E como nada nos garante, levanta-se a questão se são ou não representativas dessa vontade das populações. Até porque eu creio que na maior parte dos casos, penso eu, e se assim não for corrijam-me, este facto e esta alteração nem sequer estavam mencionadas nos programas eleitorais. Portanto, nem isso foi sufragado. Qual é a legitimidade de uma Assembleia de Freguesia? Tem legitimidade institucional, obviamente que sim. Mas qual é a legitimidade de representação da população dizer que agora se quer desagregar ou continuar agregada? Deixa-nos muitas dúvidas. Aliás, um dos considerandos que é apresentado nesta proposta da Assembleia de Campo e Tamel São Pedro Fins diz assim: *“Considerando que é necessário e urgente ouvir as populações, para de uma forma livre se expressarem quanto à manutenção ou não de agregação enquanto freguesia agregadora”*. Este é um aspeto fundamental que tem que estar subjacente. E por isso nós temos, para além da questão técnica, jurídica daquilo que possa ou não aqui ser aprovado, muito sinceramente penso que não tem uma validade jurídica, mas tem uma validade política, e é essa que nós queremos discutir, é



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esse sentido que queremos aqui colocar.-----

-----E nessa perspetiva, mesmo sendo confusas, e até se vê que não há aqui um princípio, por assim dizer, de ditame político-partidário, porque na verdade vemos aqui até coisas contrárias, em algumas Assembleias deputados do Partido Socialista votam a favor, noutras votam contra, do próprio PSD, aliás, até há aqui uma situação que é um manifesto pela reposição das freguesias feito pelo PSD/CDS, o que tem a sua piada dado que foi na altura de um Governo PSD/CDS e o ministro PSD/CDS que fez esta reorganização, portanto, faz sentido, sim, senhor, tudo bem, até mudaram de opinião, não tenho nada contra, antes pelo contrário. Mas está aqui criado uma certa confusão de situações até porque há duas situações, para além daquilo que já foi focado, a diferença do tempo que chega a um ano de diferença, há aqui uma deliberação que foi tomada em dois mil e dezassete e só agora é que chega aqui à Assembleia Municipal, penso que a arrasto desta outra que foi apresentada pela freguesia de Campo e Tamel São Fins, e depois temos uma outra que é exatamente o contrário, tão legítima quanto as outras obviamente enquanto Assembleia de Freguesia. E coloca-se aqui um problema: como votar estas deliberações?! E, muito sinceramente, tentando ser o máximo coerente e tendo um critério definido para o nosso tipo de votação, dado que de princípio sempre fomos contra esta reforma sem qualquer sentido, promovida pelo PSD/CDS, e que Barcelos soube muito bem responder, foi dos concelhos que melhor respondeu com o movimento que foi criado, e tendo isso como ponto de partida considerando que nenhuma destas associações, que nenhuma destas agregações faz sentido que tenha existido, nós vamos votar a favor das duas que defendem a não agregação, a desagregação, e vamos votar contra aquela que defende a agregação porque continua esta lógica que nós somos frontalmente contra. Portanto, é este o critério que nós definimos para votar



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estas três situações que aqui estão apresentadas de uma forma diferente e que serão votadas individualmente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Aquando da reunião de líderes dos grupos municipais de preparação da presente sessão, o CDS manifestou reservas quanto à inclusão destes pontos dois, três e quatro nesta ordem de trabalhos, pois tinha e tem fundadas razões para duvidar da legalidade das mesmas.-----

-----Não temos dúvidas que o tema da reorganização administrativa levada a cabo em dois mil e treze possa e deva ser discutido nesta Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal pode discutir este assunto e aprovar moções, recomendações ou tomar posições sobre o mesmo.-----

-----Agora, temos fundadas dúvidas que já haja espaço para deliberar.-----

-----O que estas uniões de freguesia aprovaram foram moções, e bem, moções.-----

-----Ora, temos algumas dificuldades em conseguir perceber como é que a Assembleia Municipal irá ratificar a aprovação de moções.-----

-----O CDS, apesar das dúvidas levantadas, não poderá deixar de votar sempre, sempre ao lado das populações.-----

-----Como sempre o afirmámos, o CDS sempre defendeu a reorganização administrativa do concelho, sempre. Não é muito viável a um executivo municipal governar um concelho com oitenta e nove entidades administrativas



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

distintas.-----

-----Para que fique claro, o CDS não é a favor da extinção das freguesias. E aqui faço um pequeno aparte, não é correto falar-se aqui que houve extinção de freguesias. Não é correto. Não houve extinção de freguesias. Portanto, nós estamos a enganar as pessoas. Não houve extinção de freguesias, as freguesias continuam a existir. O que há é agregação/união de freguesias. As freguesias continuam a existir. Dizia eu, o CDS não é a favor da extinção de freguesias, muito menos das suas tradições de que sempre fomos uns dos principais defensores, mas, sim, da agregação de Juntas de Freguesia que com mais poderes, com melhores horários de atendimento poderão melhor servir as populações.-----

-----O CDS propôs em dois mil e doze que a Câmara Municipal fizesse um estudo técnico, demográfico, geográfico, sócio-económico, um estudo sócio-cultural, identidade das populações, ligação à Junta, etc., etc., para que depois num consenso alargado e ouvidas as populações, ouvidas as populações, fosse tomada a decisão política.-----

-----O Partido Socialista, o Bloco e o PCP recusaram.-----

-----O executivo municipal incentivou inclusive, à data, a propositura de providências cautelares contra o mapa das freguesias.-----

-----Tendo recusado discutir sequer o assunto, o mapa foi o resultante de estudos feitos em gabinete.-----

-----Tendo recusado ouvir os barcelenses sem o faz de conta do referendo proposto pelo Bloco de Esquerda e recusado evidentemente pelo Tribunal Constitucional, este é o mapa de freguesias do Partido Socialista, do Bloco e do PCP que não quiseram pronunciar-se sobre a agregação das Juntas de Freguesia.-----

-----Se tivesse sido feito em Barcelos e pelos barcelenses teria sido



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certamente diferente e melhor.-----

-----Esperemos que este assunto, a forma e o momento em que foi trazido à discussão da Assembleia Municipal não seja mais um expediente do Partido Socialista e do executivo municipal para a todos tentar agradar.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor presidente da Junta de Freguesia, o senhor Augusto Dias, do BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – Augusto Dias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Eu estive aqui no dia trinta do onze numa intervenção que pretendi dar e demonstrar o quanto tinha-me custado a votação do PS. E, na defesa da honra, o senhor deputado Manuel Mota veio a este púlpito e através da sua declaração teve uma frase que dizia “na política não vale tudo”.-----

-----Ora, o BTF nessa altura trouxe aqui de uma forma responsável uma moção para que fossem ouvidas as populações, as suas Assembleias de Freguesia, e trazidas a esta Assembleia Municipal onde vai ser discutida a reorganização administrativa, e ela foi reprovada pelo Partido Socialista.-----

-----Essa moção era uma moção simples, era básica, era aquilo que era elementar, dar-nos a conhecer nesta Assembleia as deliberações e as decisões que tinham sido tomadas nas Assembleias de Freguesia ou pelas suas populações, não pedimos o referendo.-----

-----O senhor deputado Manuel Mota na altura, na defesa da honra, veio a este púlpito e disse, creio que não vou falhar muito, “a forma despudorada como o BTF atacou o Partido Socialista no atual contexto democrático de forma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inadmissível”. Creio que não falhei nenhum termo.-----

-----Ora, nós aqui ouvimos já hoje e temos conhecimento através da ordem de trabalhos que, das três, duas Juntas do Partido Socialista deliberaram de sua livre vontade, através dos seus órgãos representativos, decidir o seu futuro. Ora, na política, como diz o senhor deputado Manuel Mota, não vale tudo, porque um ano antes tinham havido decisões de deputados nas Assembleias de Freguesia de elementos do Partido Socialista e creio que alguns deles nesta votação feita no dia trinta do onze de dois mil e dezoito votaram a favor da não auscultação da vontade das Assembleias de Freguesia. Ora, isto revela uma: que na política na vale tudo! Nós temos que ser coerentes!-----

-----Mas, na altura, o BTF, quando apresentou a sua proposta, fê-lo de uma forma consciente, mas a forma intempestiva como o senhor deputado Manuel Mota aqui esteve, que considerou obscena, e digo a palavra “obscena”, e é uma interpretação livre, minha, aquilo que foi a minha intervenção, que supostamente o senhor deputado entendeu como um ataque ao Partido Socialista, ele esqueceu-se com certeza das minhas raízes, mas nessa altura considerou, como eu disse, de uma forma incorreta aquela que foi a nossa intervenção.-----

-----Ó senhor deputado, eu vou-lhe dizer e vou-lhe devolver na mesma o mesmo texto tirando a palavra “despudorada”. O BTF critica o Partido Socialista da forma ignóbil como atacou o BTF naquela altura.-----

-----E vou-lhe dizer mais até, acho muito estranho que neste período conturbado, do tal contexto democrático que o senhor fala, daquilo que vai ser a reforma administrativa, os senhores tivessem tido aqui uma decisão daquilo que eu posso considerar um contorcionismo político porque disseram “não” a uma moção do BTF que era auscultar as suas populações e lá fora há outro PS que reúne com várias pessoas para a desagregação, ou agregações se quiserem,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e movimentos patrocinados pelo Partido Socialista.-----

-----A minha questão, senhor deputado, é: em qual Partido Socialista é que nós vamos acreditar?-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Joel Sá, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros.-----

-----O Partido Social Democrata naturalmente, relativamente a este assunto, entende que deve haver uma discussão séria, sem qualquer demagogia e sem enganar as populações.-----

-----Senhor presidente, também temos dúvidas relativamente a constar na ordem de trabalhos sobre este tema e temos as nossas dúvidas relativamente a esta situação, mas não será por isso que também as deixaremos de discutir, queremos é deixar o seu registo.-----

-----Entendemos que esta discussão é prematura no tempo uma vez que o Governo após várias promessas, desde o início da legislatura que ouvimos os membros do Governo, o senhor ministro Eduardo Cabrita ainda em junho dizia que era desta e que era este ano sem falta que o iria fazer, mas o que é certo é que, mais uma vez, o Governo está a chegar ao fim da legislatura e sem uma única medida relativamente a esta matéria.-----

-----Não sabemos se vai haver alteração da reorganização administrativa, em que moldes vai ser feita, não sabemos rigorosamente nada.-----

-----Sabemos, sim, que prometeu e que disse que ia fazer, mas já sabemos que este Governo é pródigo em prometer muito.-----

-----Também ouvimos elementos do executivo municipal, ex-deputados a dizer que era certo e que iria avançar uma alteração e que se iria reverter a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação da reorganização administrativa. Foi dito por elementos do executivo municipal, por ex-deputados que iria ser feito. Portanto, os senhores conhecem muito bem quem proferiu essas declarações, e foram públicas, não preciso de estar a enumerar muito mais do que isto.-----

-----Entendemos e também é preciso ser claro que, ao contrário do que se possa dizer, quem incluiu isto no memorando de entendimento com a *troika* foi o Partido Socialista e não foi o Partido Social Democrata, embora teve que o executar a seguir da forma que o fez, mas é só consultar o documento.-----

-----O PSD entende que uma reforma desta envergadura deve merecer uma avaliação profunda, séria, por entidades independentes. Avaliar os impactos negativos e positivos que esta reorganização teve. Não é por que uns querem e outros não querem. Temos que fazer uma avaliação séria, se queremos discutir o assunto de uma forma séria temos que a avaliar. Onde está feita essa avaliação? Não está feita. Volto a dizer, também por isto é prematuro entrarmos nesta discussão. Como disse, é uma avaliação que é importante, que deve ser feita e que entendemos que deve ser aberta, sim, uma discussão, como todas as leis devem ser avaliadas, deve ter o seu momento de avaliação. Esta é uma lei naturalmente que mexeu com a organização do país e que deve ter a avaliação de todos os seus impactos. É aquilo que o Partido Social Democrata defende e defendendo naturalmente que deve ter em conta aquilo que são as vontades genuínas das populações. Não é a vontade de alguns. É a vontade genuína das populações. E devemos naturalmente ter em conta e o Partido Social Democrata irá apoiar aquilo que é a vontade genuína.-----

-----Naturalmente há agregações que estão bem feitas e haverá algumas que não estarão bem feitas, admitimos perfeitamente toda essa questão. No concelho de Barcelos podíamos ter feito uma reorganização completamente diferente se o Partido Socialista não se tivesse alheado de toda essa discussão e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entregasse aos técnicos, em Lisboa, essa discussão. A Assembleia Municipal podia-se ter pronunciado, podia ter encontrado uma solução diferente, podia ter ido mais ao encontro das populações, e o Partido Socialista não quis discutir porque utilizou como arma de arremesso contra o Governo de então, que tinha que cumprir aquilo que estava no memorando de entendimento, com as dificuldades que daí advinham.-----

-----Portanto, aquilo que nós entendemos é que é um assunto que deve ser feito com seriedade, sem enganar as populações, que é aquilo que muitas vezes se pretende, querer enganar as populações, sem criar ilusão às pessoas de que se vai reverter tudo, quando neste momento nós não temos nada de concreto do Governo. Portanto, enquanto não houver nada de concreto do Governo, nenhuma lei-quadro sobre este assunto, estamos a discutir o assunto, é importante, mas consequência disso é nenhuma, porque mais uma vez o Governo aqui mentiu, falhou às populações aquilo que prometeu fazer. E são conhecidas desde o início da legislatura aquilo que foram as pronúncias sobre esta matéria dos vários membros do Governo. E aqui estou-me a repetir mais uma vez, vamos chegar ao final da legislatura e não acredito que agora, a tão pouco tempo do final da legislatura, vai ser feito, em que moldes vai ser feito, quem se vai pronunciar, as Assembleias Municipais, as Assembleias de Freguesia, a Assembleia da República, temos todas as dúvidas relativamente a este assunto.-----

-----Portanto, o Partido Social Democrata estará disponível para discutir sempre este assunto, daquilo que são as vontades das populações estaremos naturalmente ao lado das populações, fomos nós que executámos esta reorganização administrativa e não a escondemos, fomos nós que a fizemos... Nós tivemos que executar o memorando de entendimento que os senhores fizeram! Estava lá e teve que ser feito! E vocês tinham ainda muito mais



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alargado, que era os municípios, mas fugiram à discussão. Vocês em Lisboa fizeram, mas no país fugiram à discussão e aqui em Barcelos continuam a fugir à discussão. Se não tivessem fugido à discussão e se tivesse sido uma coisa muito abrangente, tínhamos com certeza uma reforma administrativa muito mais bem feita.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, para terminar este ciclo de intervenções, o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Senhor Presidente da Assembleia e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Nesta matéria da lei da reorganização das freguesias, conhecida como “lei Relvas”, é importante deixar muito clara a posição do Partido Socialista de Barcelos. E é particularmente importante ter em conta algumas afirmações que aqui foram feitas hoje e não só hoje.-----

-----Em primeiro lugar, dizer que nós sempre fomos contra a “lei Relvas” e acho que sobre isso não há dúvida nenhuma.-----

-----E por duas razões fundamentais que sempre também foram ditas:-----

-----Em primeiro lugar, porque esta nunca foi uma verdadeira lei de reorganização do território, na medida em que só tocou nas freguesias e fugiu ao tema dos municípios e até das regiões. E recordo ao senhor deputado Joel Sá que o que estava no memorando de entendimento era não só freguesias mas também municípios, pelo menos. Era isso que lá estava, consulte os documentos que vai ver. E, portanto, aquilo que o Governo do PSD e do CDS quiseram fazer e fizeram, porque queriam fazer, não foi por causa do



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

memorando, porque houve muitos aspetos do memorando que não foram aplicados e implementados porque o PSD e o CDS não o quiseram, mas nisto quiseram. E quiseram e pegaram por aquilo que eles acharam que era o elo mais fraco: que eram as freguesias. Mas enganaram-se! Que afinal não são o elo mais fraco. Portanto, foi por isso que foi feita a reforma, suposta reforma nas freguesias.-----

-----Em segundo lugar, o Partido Socialista de Barcelos sempre foi contra porque foi uma reforma mesmo de cima para baixo, régua e esquadro, e que não tinha em conta as populações. A única coisa que tinha em conta as populações, senhor deputado, agora ouça-me com atenção, porque isto eu sei que lhe dói ouvir, é que aquilo que nós tínhamos era o direito de aceitar, colaborar, portanto, entregar-nos com a corda ao pescoço, e fazer exatamente aquilo que o Governo do PSD e do CDS nos estavam a dizer que devíamos fazer. E até dava uma majoração financeira para aqueles municípios que aceitassem colaborar. Para os colaboracionistas ou para aqueles que convictamente acreditavam nesta lei.-----

-----Nós com todo o direito, em democracia cada um pensa como entende, fomos contra.-----

-----Também é conhecido que o PS nacional sempre tem vindo a defender, desde a campanha eleitoral anterior até agora, é verdade que ainda não avançou nada de concreto, é verdade, e nós aqui em Barcelos gostaríamos que pudesse ter avançado, é verdade, é verdade porque é um facto, não há nenhuma lei concreta que permita que haja uma pronúncia efetiva e com efeitos práticos em relação a esta matéria, a verdade é que o PS nacional sempre defendeu a criação de um mecanismo de auscultação das populações quanto à manutenção ou não da sua situação concreta de organização do território: ou freguesias ou uniões de freguesia.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Nesse sentido, o PS Barcelos tem vindo a adotar uma postura responsável reafirmando sempre a sua posição, mas afirmando sempre que é preciso haver uma proposta de lei concreta da Assembleia da República ou do Governo, mas necessariamente discutida e aprovada pela Assembleia da República, para se poder pronunciar a seguir. Aliás, o PS em Barcelos pronunciou-se quando existiu uma lei concreta e uma proposta de lei concreta que, naquele caso, foi a “lei Relvas”.

-----E isto é especialmente importante para não se andar a criar nas pessoas expectativas que não podem ser cumpridas. Razão pela qual votámos contra a proposta do BTF ou a moção do BTF aqui apresentada a trinta de novembro de dois mil e dezoito e não há nada de escandaloso nisto, senhor deputado Augusto Dias, em relação ao BTF. O BTF queria, na minha opinião, de uma forma demagógica, quer criar a ideia nas pessoas de que aprovando uma moção conseguem reverter o processo, isso não é verdade. E isso é importante que se diga com todas as palavras, não é verdade. Isto que estamos aqui hoje a discutir e a votar é muito importante porque o tema em si é muito importante. Do ponto de vista prático, concreto, jurídico, não tem efeito absolutamente nenhum, não tem, e os senhores sabem que não tem. E é muito importante não se criar a ilusão nas pessoas de que agora vamos resolver e vamos ser nós que vamos resolver. E isto é que faz a distinção entre as posições responsáveis e as posições mais demagógicas que, no meu entendimento, os senhores adotaram.

-----Portanto, a nossa posição, do Partido Socialista, não mudou nada, está exatamente na mesma, mantemo-nos firmes na defesa de uma verdadeira lei de reorganização do território, que até hoje não existiu, e não existe, e também continuamos a defender que, no âmbito da atual lei, deva ser criado um mecanismo de auscultação das populações. Portanto, os dois princípios fundamentais que o PS defende: uma verdadeira lei de reorganização do



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

território; auscultação das populações. A “lei Relvas” não é nem uma coisa, nem foi outra. Os senhores riem-se, acham piada, mas é mesmo assim.-----

-----Portanto, e em coerência, votaremos a favor das três propostas hoje aqui apresentadas por uma razão muito simples: porque a única coisa que está aqui em causa é o princípio da auscultação das populações. É verdade que neste momento aquilo que existe como instituição e como organismo de representação das freguesias e das uniões são as suas Assembleias de Freguesia. Não há outro. E como não existe nenhuma lei que diga como é que deve ser feita a auscultação, obviamente que temos que respeitar aquilo que foi a pronúncia política, estritamente política, das Assembleias de Freguesia que estão aqui em causa. E estamos a falar das uniões de Vila Cova e Feitos, Campo e Tamel São Pedro Fins e Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha (São Martinho e São Pedro). E, portanto, votaremos a favor destas três propostas, chamando a atenção, mais uma vez, para o facto de nenhuma destas posições tem qualquer eficácia jurídica. Portanto, é fundamental para nós que as pessoas tenham consciência que as uniões de freguesia atuais manter-se-ão tal como existem hoje até haver uma nova lei que permita alterá-las. E é muito importante sublinhar isto para evitar criar ruídos infundados nos cidadãos. Porque na política, e talvez na moral, por vezes o falar bem serve apenas para disfarçar o fazer mal e nós não queremos isso. Nós, mais do que falar bem, queremos fazer ainda melhor.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Eu agradeço à Assembleia que mantenha a serenidade.-----

-----Terminámos este ciclo de intervenções de seis minutos, eu iria agora abrir as inscrições para o segundo período de três minutos.-----

-----Os senhores deputados que se querem inscrever fazem o favor!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Portanto, temos seis inscrições. Não há mais inscrições? Damos por encerrado este período?-----

-----Então tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Ora, ao contrário de muitos que me antecederam, eu prefiro valorizar o sinal político dado por estas propostas do que estar a valorizar as questões técnico-jurídicas, até porque eu estou num órgão político e é essa a minha análise que tem que ser feita, não numa questão técnica, mas numa questão política. Até porque, eu até já cheguei a falar nisso, a Assembleia Municipal até já votou muitas coisas que são inconstitucionais e “não foi por aí que o gato foi às filhoses”.-----

-----E dizer o seguinte:-----

-----O senhor deputado Firmino disse que não se pode falar de extinções de freguesias. Ora, é certo que as suas gentes estão lá, não desapareceram, embora órfãos, mas não desapareceram. É certo que a terra ainda continua lá, mas a sua representação administrativa unipessoal desapareceu, isto é, enquanto entidade aquela freguesia extinguiu-se, desapareceu. Aliás, se o senhor pegar hoje no mapa do concelho, os limites territoriais dessas freguesias desapareceram, já não existem. Portanto, houve uma efetiva extinção das freguesias da responsabilidade do PSD e CDS. E digo isto porque o senhor deputado Firmino, numa manobra habilidosa, tentou dizer que isto era um mapa do PCP, não sei quê. Eu vou lembrar que houve mais de dois terços das Assembleias Municipais, inclusive algumas lideradas pelo PSD e o CDS, que se remeteram ao silêncio. O que o ministro Relvas na altura queria era que alguém fizesse o trabalho sujo. E o Partido Comunista e a Assembleia Municipal de Barcelos recusaram-se a fazer esse trabalho sujo. Portanto, não venha aqui com habilidades tentar moldar a freguesia ao seu jeito.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Agora, para terminar, vou dizer o seguinte:-----

-----Eu vou votar a favor as propostas que querem a desagregação e vou-me abster na questão da que quer a manutenção e vou dizer por que é que me vou abster. Não tenho nenhum reparo a fazer à legitimidade política da Assembleia de Freguesia de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínhas, que é um órgão autónomo e os seus membros decidiram de acordo com as suas convicções, mas eu não estou de acordo com o sentido da decisão por entender que a agregação que querem manter comporta os problemas já mencionados na minha intervenção anterior. E também por entender, até porque sou freguês dessa freguesia, que essa decisão não corresponde de todo à opinião e sentimento dominante dos fregueses. Eu julgo que a Assembleia de Freguesia de Barcelos, na sua legitimidade, e só por isso é que eu me abstenho, portanto, isso é a Assembleia de Freguesia de Barcelos que tem que decidir, e aquilo que for a sua decisão eu não posso votar contra, mas não estou a favor do sentido da sua decisão por entender que não foi feito um trabalho que deveria ter sido feito de auscultação dos fregueses e que esse trabalho está desfasado, desligado da vontade e sentimento dos fregueses, até como freguês desta freguesia.-----

-----Obrigado pela vossa atenção.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra a senhora deputada Sara Magalhães, do BTF. Faz favor, senhora deputada.-----

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito boa noite.-----

-----Renovo novamente os meus cumprimentos.-----

-----Antes de começar, queria só fazer um reparo: a democracia faz-se nesta casa e faz-se por todos. Portanto, tudo que é ridicularizar a democracia é mal feito.-----

-----Eu vou-me focar apenas na intervenção do senhor deputado Nelson



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Brito. Sabe, senhor deputado, para saber falar é preciso saber ouvir. Eu acrescento: para saber falar é preciso também saber interpretar. Interpretar corretamente as intenções daquilo que está escrito. E eu, honestamente, ouvindo a interpretação daquilo que foi a intervenção do senhor deputado, acho que não leu nenhuma das moções, muito menos a de Campo e Tamel São Pedro Fins.-----

-----Senhor deputado, para terminar, não é a justiça que dá andamento à política, mas é a política que dá andamento à justiça.-----

-----Por isso, repito, que *“na política, tal como na moral, é um grande mal não fazer bem”*.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Muito boa noite, novamente.-----

-----Não vou deter-me muito mais tempo, a única coisa que queria dizer é que reafirmo tudo aquilo que disse aqui anteriormente.-----

-----E esta Assembleia tem o mérito nestes pontos de clarificar muito bem as posições de todos os partidos e forças aqui representadas.-----

-----E em relação ao Partido Socialista, e não obstante o ruído que foi criado por alguns no sentido de tentar fazer com que o Partido Socialista tinha mudado de posição, ficou aqui claro, clarinho como a água, que o Partido Socialista não mudou de posição e o Partido Socialista vota aqui estas moções com pleno sentido de responsabilidade, tendo lido com atenção todos os textos e, dentro da nossa capacidade, tendo feito as interpretações que entendemos que deviam ser feitas.-----

-----Portanto, estamos absolutamente de consciência tranquila em relação às



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

posições que temos vindo a defender e sobretudo em relação à defesa das populações e da identidade das freguesias e, nesse aspeto, aquilo que foi aqui dito pelo senhor deputado Mário Figueiredo foi muito acertado, não é muito comum eu concordar assim tanto com ele, mas concordo neste ponto, quando ele diz que apesar da retórica de querer dizer que não houve extinção, claro que não houve, ninguém foi lá recortar a jangada de pedra como alguém escreveu, mas a verdade é que juridicamente e geograficamente naquilo que é a representação das freguesias, elas desapareceram. Portanto, nesse ponto é posta em causa a identidade dessas freguesias enquanto entidades representativas das pessoas. E nós estamos aqui para continuar a defender essa entidade e estaremos sempre ao lado das populações e das pessoas que de uma forma responsável, mas firme, estejam a favor de reverter aquilo que de mal esta lei trouxe. E não podemos esquecer de uma coisa: estamos num Estado de Direito e as leis da República existem, são para ser cumpridas, quando não concordamos com elas então aí, sim, dentro das instituições representativas, tentamos alterá-las. Enquanto elas funcionarem temos que as respeitar.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Adélio Miranda, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Boa noite, Senhor Presidente, boa noite, Senhores Deputados.-----

-----Na sequência das intervenções em que já tudo praticamente foi dito, penso que interessa, mais do que criticar aquilo que os outros disseram, refletir sobre o passado e sobre o futuro nesta matéria.-----

-----A reorganização das freguesias, a primeira, a sua sequência, o seu desenvolvimento e agora a tentativa de reversão, espelham bem o que é o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Governo da nação.-----

-----Normalmente há uma classificação internacional que é feita sobre Portugal e os portugueses por organismos independentes em que focam que temos três defeitos de base, dos quais os dois mais importantes são: a desorganização, somos desorganizados, e não somos disciplinados. E aqui está um exemplo exemplar, desculpem a redundância e o acentuar desta matéria, daquilo que não deve ser feito em política, porque tem que haver reformas governamentais, tem que haver reformas de regime. E esta reforma é uma reforma de regime. Não é uma reforma de atirar pedras uns aos outros. Não interessa vir aqui dizer que foi o Relvas, isso é treta para consumo interno, para contentar meia dúzia de pessoas. Toda a gente sabe que o país faliu em dois mil e nove, que o Governo era de José Sócrates, foi ele que chamou a *troika*, a *troika* chegou cá, disse o que é que queria fazer, os portugueses assinaram de cruz, e depois fizeram esta reforma. Foi boa?! Foi má?! É esta que existe.-----

-----Há uma coisa que eu noto. Fui um certo opositor desta reforma, fui, e não tenho vergonha de dizer que muitas vezes as pessoas devem mudar. Houve um grande mentor, um dos grandes criadores da democracia portuguesa, que é um homem bem quisto aos socialistas, foi o Mário Soares, que dizia que só os burros é que não mudam. E exatamente as circunstâncias muitas vezes levam a mudanças e as mudanças têm que ser sustentadas, tem que haver coerência nas mudanças.-----

-----Ora, o PSD tem uma doutrina sobre esta matéria que é clara, tem sido apresentada em conferências de imprensa, desde que o PSD é dirigido pela atual comissão política a doutrina sobre esta matéria é muito simples: nós estamos sempre do lado da vontade das populações. É evidente que poderá haver várias formas de medir essa vontade. Será só numa Assembleia de Freguesia? Será numa Assembleia de Freguesia aberta? Será que um edital



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

previamente convocado a dizer que se vai debater esta matéria? Será por um referendo local? Não sei.-----

-----O Governo central comprometeu-se a apresentar uma lei em setembro de dois mil e dezoito. Falhou mais uma vez. Uma falha gravíssima. Nós estamos a discutir dentro de um quadro legal que não existe.-----

-----Portanto, termino dizendo o seguinte:-----

-----O executivo PS, quando foi apresentada esta reorganização das freguesias, não fez, não interveio, o que interveio foi para obstaculizar, pensou nos votos, nos dividendos políticos, não pensou nas populações. Hoje estamos aqui, enfim, a discutir coisas que não têm sustentabilidade jurídico-política. Enquanto não houver uma lei-quadro nós estamos a discutir matérias que não têm sustentabilidade jurídico-política.-----

-----Termino dizendo que qualquer que seja a evolução desta matéria e neste momento concreto se a vontade das populações é esta, fazendo fé no que aqui veio à Assembleia, o PSD votará favoravelmente a vontade das populações e assim o fará no futuro, quer no sentido da manutenção das agregações, quer no sentido contrário, desde que essa seja a vontade das populações.-----

-----Tenho dito, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Excelentíssima Câmara.-----

-----Eu gostava de lançar aqui à discussão o seguinte:-----

-----O BTF apresentou uma moção em trinta de novembro do ano passado que, caso fosse aprovada, teria exatamente o mesmo efeito daquilo que possa vir a ser aprovado hoje, ou seja, juridicamente tinha o valor zero. Portanto, é



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inócuo aquilo que nós estamos aqui a decidir. Juridicamente não tem consequência alguma.-----

-----Ora, às Assembleias Municipais, bem como às Assembleias de Freguesia, não é dada competência para se pronunciarem juridicamente por deliberação sobre esta matéria neste momento, meus senhores. Portanto, o que estamos aqui a fazer é luta política só.-----

-----Nós gostaríamos de saber, é que o Partido Socialista vem aqui, e ninguém me pediu, ninguém me passou procuração para defender aqui a “lei Relvas” ou qualquer outra lei, mas o Partido Socialista vem aqui e diz mal, mal, mal da reorganização administrativa. Mas qual é a reorganização administrativa que o Partido Socialista queria para o concelho de Barcelos? Alguém sabe? Não quer nenhuma. Ou seja, quer manter tudo igual.-----

-----Meus senhores, sejamos sinceros, nós temos oitenta e nove entidades administrativas no concelho de Barcelos e se nós formos sérios, e se formos sérios na política, que é preciso também de vez em quando, não é possível, não é viável, não se justifica um concelho com oitenta e nove entidades administrativas, meus senhores. Isto é falar sério na política, meus senhores. E quem disser o contrário não está a ser sério politicamente. Não tem razão de ser que nós tenhamos entidades administrativas com cem ou duzentos ou trezentos eleitores, meus senhores. Isto é falar sério na política. Não tem razão de ser, enquanto entidade administrativa, uma entidade administrativa com duzentos eleitores. Sejamos sérios nisto! Sejamos sérios nisto!-----

-----Só para terminar, e em relação à atual organização administrativa do concelho, eu julgo que a Câmara Municipal, no protocolo dos duzentos por cento, continua a distribuir essas verbas por oitenta e nove entidades. Portanto, eu julgo que mantém essas oitenta e nove entidades para efeitos do protocolo dos duzentos por cento.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, para terminar este grupo de intervenções, o senhor presidente da Junta de Freguesia, o senhor Augusto Dias. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – Augusto Dias – Senhor Presidente da Assembleia, renovo os meus cumprimentos a todos na sua pessoa.-----

-----Eu vou começar pela minha intervenção, pelo seguinte:-----

-----Senhor deputado Nelson Brito, com o devido respeito, e acredite que é muito que eu tenho pelo senhor, não é nenhuma ironia, é mesmo verdade, naquilo que diz respeito à demagogia, mas eu discordo de si naquilo que diz respeito à demagogia quando atribui esse termo à nossa pretensão e vou-lhe explicar porquê na nossa opinião.-----

-----Nós quando estamos aqui a falar de trazer a vontade popular das pessoas das Assembleias de Freguesia estamos a precaver do grande erro que foi quando foi da “lei Relvas”, nós não estarmos devidamente preparados para depois podermos, em termos de organização, programar a nossa reorganização, que há umas que são positivas, outras que nem tanto.-----

-----Inclusivamente devem-se todos lembrar que houve duas uniões de freguesia que não foram aprovadas em Assembleia de Freguesia mas foram propostas pelos presidentes de Junta que não tinham autoridade para tal. Poderiam ter eventualmente a ideia de que com isso favoreciam o fortalecimento das cinco freguesias, mas não tinham o direito porque não foi deliberado em Assembleia de Freguesia e fizeram-no e entregaram à autoridade que fazia na altura a respetiva reorganização sem o consentimento das suas Assembleias. Mas não foi só esse, parece-me, e se porventura estou errado... Gamil fez o mesmo com Midões. Não tenho bem a certeza, se porventura estiver, peço desculpa pelo meu erro.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mas, atenção a uma coisa, aqui falou-se na questão de identidade, que não se perdeu nenhuma freguesia. Isto já não tem a ver com o senhor, mas com algumas afirmações aqui feitas. Perdeu-se a identidade dessa freguesia e dou-lhe um exemplo. Ainda ontem recebi um telefonema de um senhor de Espanha que me disse que tinha falecido a sua esposa e queria enterrá-la no cemitério de Rio Covo Santa Eugénia. Se a minha freguesia fosse agregada, ele não me pediu para enterrar numa outra freguesia qualquer, era na freguesia de Rio Covo Santa Eugénia. Isto é a identidade de uma freguesia. E depois nós temos que ter a consciência disso. Ó senhor deputado, eu até concordo que o senhor não concorde comigo e até aceito a sua discordância, mas eu estou-lhe a dar aquilo que é a minha interpretação da identidade de uma freguesia. E todos nós temos conhecimento de que quando foi a desagregação de freguesias havia muita dificuldade em conseguirmos explicar às pessoas, naquelas que têm três ou quatro agregadas. Nós tínhamos um problema aqui no concelho, que era quarenta freguesias superlotadas, e nós teríamos muita dificuldade em explicar a uma pessoa, eu não vivi essa experiência, mas outros possivelmente poderiam tê-la vivido, não sei, eventualmente, de que falecendo uma pessoa numa determinada freguesia e dizer-lhe que não tinha lugar naquela, que tinha que ir para outra, eu acho que ele tinha muita dificuldade em explicar a essa família que teria que ir para outro cemitério.-----

-----Eu volto a referir aqui aquilo que é a nossa interpretação como BTF. Mais vale nós aqui nesta Assembleia termos conhecimento da vontade, eu não falo da questão jurídica, eu não tenho capacidade para isso, como disse aqui assim a minha colega Sara, não é a justiça que manda na política, mas é a política que dá andamento à justiça, é o legislador que cria as leis para a justiça. Nós aqui não estamos a pedir para que juridicamente isto seja válido, nós estamos aqui a pedir é que na próxima vez que a gente discutir aqui, quando houver uma lei



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

determinante para que isto possa ser feito, nós estejamos preparados para saber qual é a vontade das populações. Essa é que é a nossa vontade ao trazer isto para aqui.-----

-----Portanto, eu peço a todos a vossa compreensão porque nós vamos ter aqui grandes problemas e pelo andar da carruagem eles vão ser imensos, para que nós estejamos aqui atentos e preparados devidamente, e temos uma coisa boa que aqui nos salvaguarda no futuro, que esta Assembleia votou por unanimidade contra as agregações das freguesias. Honra seja feita ao PSD, não é que eu vos esteja a louvar por causa disso, mas aqui demonstraram que estavam de acordo que isto devia-se ter mantido sempre unido.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminamos este segundo e último ciclo de intervenções, antes de passarmos à votação a mesa quer fazer um esclarecimento:-----

-----Na reunião que tive com os senhores líderes dos grupos municipais foi esclarecida a razão do aparecimento destes três pontos na ordem de trabalhos.-

-----Eu tinha dito nessa mesma reunião que queria, digamos, fazer o possível para não ter que dar um esclarecimento adicional à Assembleia e sem obviamente interferir no debate e por isso só agora é que eu falo.-----

-----Portanto, para que esta Assembleia não tenha qualquer dúvida, aquilo que está integrado na agenda desta Assembleia e o que vai ser votado a seguir não é nenhum ato nulo, nos termos da lei e naquilo que define o artigo cinquenta e nove da Lei setenta e cinco/dois mil e treze.-----

-----Também todos nós sabemos que, relativamente à legislação que surgiu e que veio trazer efetivamente esta reorganização administrativa do território, essa lei não previa a reversão. Não existe quadro legislativo. Mas esta deliberação das Assembleias de Freguesia e a deliberação desta Assembleia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal também não é ilegal. Porque só é ilegal uma deliberação que eventualmente vá contra uma legislação expressa. E é bom recordar que também esta Assembleia se recusou pronunciar, ou seja, cumprir um requisito que a lei em causa solicitava no momento em que esta Assembleia teve que se pronunciar.-----

-----Portanto, sobre essa matéria não tenhamos dúvidas sobre o momento e o interesse do ponto de vista democrático e político da discussão deste tema e da sua votação.-----

-----Aliás, eu congratulo-me pelo facto de nenhum dos senhores deputados ter requerido à mesa a exclusão, com qualquer fundamento, de qualquer destes pontos, o que significa que todos nesta matéria estamos coesos na mesma interpretação.-----

-----Por último, sobre o porquê do aparecimento das três propostas em conjunto. Não faria sentido trazer aqui assim uma de quaisquer das propostas sem trazer as demais. Mas relativamente àquilo que foi referido pela senhora deputada Sara Magalhães, que eu ouço sempre com muito cuidado e atenção, como os demais senhores deputados, a única que cumpre a lei foi aquela da União das Freguesias de Barcelos, porquanto a inserção de pontos na ordem de trabalhos só pode ser requerida por membros desta Assembleia e membros desta Assembleia são os senhores deputados eleitos e os senhores presidentes de Junta. As Assembleias de Freguesia não fazem parte desta Assembleia nem se fazem representar, como sabemos, existe autonomia do poder local, ou seja, as Assembleias de Freguesia são autónomas relativamente à Assembleia Municipal e vice-versa.-----

-----Feito este reparo, também não fazia sentido trazer aqui uma única destas propostas sem as demais.-----

-----Posto isto, sobre esta questão que não haja quaisquer dúvidas sobre a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

legalidade, ou seja, de que não é ilegal aquilo que vai ser votado.-----

-----As consequências jurídicas dessa votação dependerá de muito fator, alguns deles que obviamente nós não conhecemos porque não existe ainda lei habilitante, mas quando isso acontecer veremos qual é aquilo que se pode retirar destas deliberações ou se elas têm que ser todas repetidas *ab initio*, ou seja, desde o início com os procedimentos que a lei prevê.-----

-----De qualquer modo, eu congratulo-me com esta discussão democrática alargada e penso que estamos todos em condições de proceder à votação destas três propostas.-----

-----Portanto, iríamos fazer a votação individualizada e começaríamos pela discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Vila Cova e Feitos, que defende a desagregação da respetiva União das Freguesias.-----

-----Eu ia pedir aos senhores deputados que votam contra o favor de se levantarem.-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Nove: cinco do PS, quatro do PSD)-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com nove abstenções.-----

-----Passaremos agora à votação da proposta seguinte, que é de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins), relativa à desagregação da respetiva União das Freguesias.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Nove: cinco do PS, quatro do PSD)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com nove abstenções.-----

-----Finalmente, a proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro), relativa à continuidade da agregação da respetiva União das Freguesias.-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Três: dois do BE, um do BTF)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem favor de se levantar.-----

----- (Onze: quatro do PS, quatro do PSD, dois do BTF, um do PCP)-----

-----Esta proposta foi também aprovada por maioria com três votos contra e onze abstenções.-----

-----Eu dou por terminada esta votação e ia perguntar aos senhores deputados se alguém quer fazer declarações de voto.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Faria, do BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Faria – Boa noite a todos.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta e restantes Elementos.-----

-----Eu vou fazer uma declaração de voto relativamente à primeira e à segunda moção que foi aqui votada.-----

-----O BTF votou favoravelmente o ponto dois e o ponto três da ordem do dia, acerca da proposta de ratificação das deliberações das Assembleias de Freguesia da União de Freguesias de Vila Cova e Feitos, bem como da União de Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins), por considerar que esta Assembleia Municipal não se pode alhear do sentimento e direito das populações e dos seus representantes.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Para que não reste a mais pequena ou menor dúvida da legitimidade destes atos, o BTF lembra os vários exemplos de instituições congéneres, até mesmo nossas vizinhas, que muito assertiva e democraticamente ratificaram moções de idêntico teor com o mesmo e único propósito de prestar um serviço público de proximidade junto das populações. E vou citar: Esposende (neste caso concreto a freguesia de Belinho e São Bartolomeu do Mar fez uma proposta à Assembleia Municipal de Esposende, a qual transformou em moção da própria Assembleia), Matosinhos, Ovar, Vila da Feira, Vila Nova de Cerveira, Castro Daire, outras e muitas mais.-----

-----Deste modo, esta Assembleia presta um serviço de natureza política, e repito, de natureza política que contribuirá, estamos certos, para que o legislador fique mais sensibilizado para a alteração da lei que tanto preocupa os cidadãos deste concelho.-----

-----Relembro que Barcelos foi um baluarte na luta contra a agregação das freguesias.-----

-----Também relembro aqui muitos colegas que esta contestação à agregação das freguesias começou muito antes, mas mesmo muito antes de haver qualquer legislação para esse facto. Começou no congresso da ANAFRE, em Faro, no dia três de janeiro de dois mil e dez, ainda havia apenas um livro verde, foi nessa altura.-----

-----Portanto, não compreendo como é que se diz que não havendo legislação não se pode contestar.-----

-----Para esse facto, vou citar um grande político europeu que acho que todos conhecemos, que o senhor Willy Brandt dizia exatamente isto: *“Não me interessam as regras, as leis ou as convenções impostas por um certo poder, todas são reversíveis, é só uma questão de tempo”*.-----

-----Disse.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, para declaração de voto, o senhor deputado João Maciel, chamando a atenção que a declaração de voto só pode recair sobre a terceira proposta, porque sobre a primeira e a segunda o senhor deputado José Faria já se pronunciou.-----

DEPUTADO DO BTF – João Maciel – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssima Comunicação Social, Público em geral, Meus Senhores.-----

-----Sobre a declaração de voto do BTF, referente ao ponto quatro, o BTF tem a dizer o seguinte:-----

-----O BTF votou favoravelmente o ponto quatro da ordem do dia, acerca da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíinha (São Martinho e São Pedro), por considerar que esta Assembleia Municipal deve estar sempre atenta e solidária com a população do nosso vasto concelho.-----

-----E para que não restem dúvidas da democraticidade destes atos, eu enquanto residente nesta união de freguesias, resido na sede desta união, se é que há sede, não é?, mas é Barcelos de facto, sinto que há vontade dos representantes das freguesias que foram agregadas de, junto dos seus órgãos autárquicos e de eventual consulta das suas populações, solicitarem também a sua desagregação.-----

-----Se entretanto esta e outras situações vierem a ocorrer, o BTF estará sempre disponível para prestar todo o seu apoio às instituições e populações na defesa da sua vontade livre e democrática na organização administrativa do seu



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

território, incluindo a ratificação das deliberações que vierem a ser solicitadas a esta Assembleia Municipal.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Boa noite.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, para declaração de voto, o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Senhor presidente, muito rápido.-----

-----Em nome da autonomia do poder local e da democracia representativa, nós votámos favoravelmente as moções de desagregação e a moção de agregação. Portanto, em obediência ao princípio da autonomia do poder local e da democracia representativa, votámos favoravelmente as três propostas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. E agora, para terminar, o senhor deputado José Maria Cardoso. Faz favor, senhor deputado.---

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Senhor presidente, se me permite, para agilizar o processo, na pessoa do senhor presidente cumprimento todos os presentes.-----

-----É um esclarecimento que eu acho que é importante fazer-se:-----

-----Não está em causa a legitimidade de cada uma das Assembleias de Freguesia decidir aquilo que muito bem entende e nós respeitamos por inteiro todas essas decisões. Agora, a nossa opção de voto recai sob um ponto de vista político. A partir do momento em que nós achamos que uma das premissas fundamentais para qualquer decisão da Assembleia de Freguesia não está cumprida, que é a auscultação da população, nós optamos, porque achamos que é um critério coerente, e porque fomos de uma forma frontal contra esta reforma administrativa, que na verdade, e deixemo-nos de retórica, deixemo-nos de palavras, de enfeites do que quer que seja, na verdade as freguesias



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deixaram de existir, isso é que é uma realidade. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a dizer que a freguesia continua... obviamente que continua, é lógico, e o território, as pessoas e tudo mais. Mas, na verdade, em termos administrativos, a freguesia já não consta do mapa administrativo nacional, esta é uma verdade, e fomos sempre contra esta reforma administrativa. E é nesse sentido que se situa a nossa opção de voto, ou seja, não cumprida uma das premissas que para nós era importante, a nossa opção política é por considerar que tudo que seja para contrariar a reforma que está instituída nós somos a favor e não exatamente pelo contrário, aquilo que seja dar continuidade à forma como a reforma está implementada.-----

-----E já agora dizer uma outra coisa:-----

-----Quando se diz, e já aqui alguém disse isso, que nós poderíamos ter feito um mapa da distribuição da agregação de freguesias aquando da discussão, isto é uma pura falácia. Portanto, esta questão é uma questão de princípio. Ou seja, se a Assembleia Municipal ou se as Assembleias de Freguesia tivessem um estudo elaborado para no fundo criar algumas das agregações era estar a contribuir para uma legislação sobre a qual somos contrários. Portanto, o princípio tem que ser o mesmo para se considerar que não há validade sob o ponto de vista técnico, jurídico não discuto, não há validade política para que isso tivesse sido executado. E por isso e daí a tomada de posição, e muito bem, desta Assembleia Municipal ao momento.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminaram as declarações de voto e terminou também a discussão destes três pontos da ordem de trabalhos.-----

-----Passaríamos agora, também conforme foi decidido por acordo na reunião de líderes, à discussão em bloco das propostas cinco, seis e sete da ordem de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhos, que peço aqui ao doutor Saleiro o favor de ler.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos), em dois mil e dezanove.-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e dois/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Cultura), em dois mil e dezanove.-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e três/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Saúde), em dois mil e dezanove.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Senhor deputado José Maria Cardoso, faz favor.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Mais uma vez, senhor presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.-----

-----Tentando ser breve, até porque isto já foi objeto de discussão na reunião anterior, por isso não há muito mais a acrescentar, caso não houvesse algumas afirmações interessantes da tutela deste pelouro em termos de ministério.-----

-----Na verdade ao momento já se percebe que toda esta transferência que me parece, parece não, é uma realidade, demasiado imprudente, quase que uma brincadeira, diria mesmo que tem um lado jocoso, até tal a forma como tem sido apresentada, e até penso com alguma dúvida, admito, mas que há aqui uma falta de respeito pelo poder local, um certo desprezo pelo poder local sobre aquilo que tem sido estas propostas apresentadas pelo Governo. E há um falhanço total. Atualmente sabe-se que mais de cinquenta por cento dos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

duzentos e setenta e oito municípios que estão abrangidos por esta situação, se falarmos só em questões de continentais, rejeitam qualquer adesão a este projeto. Repare-se, por exemplo, até no nosso distrito. Quanto eu saiba, só Guimarães é que aceitou para as vias de comunicação. Nada mais. Portanto, é um falhanço total!-----

-----Mas queria situar esta minha intervenção, até porque as razões são as mesmas que já aponte, isto serve sem dúvida alguma para encapotar a regionalização, aquilo que sistematicamente tem sido adiado, não sei até quando, mas há uma novidade. Há, sim, senhora. É que para quem esperava, e essa era alguma dúvida da parte das Câmaras Municipais, dos municípios, legítima, era saber quais seriam os envelopes financeiros associados a esta transferência de competências. E para isto já o ministro Eduardo Cabrita tinha dito que dinheiro só para educação, saúde e cultura. Mas no passado dia trinta, numa audição parlamentar, o secretário de Estado Carlos Miguel disse algo de muito interessante sobre isto. Passo a citar palavras dele: *“O que vos quero dizer, para não andarmos com sofismos nem com dogmas, é que as únicas duas competências que têm transferência direta do orçamento do Estado do respetivo ministério são as competências relacionadas com a saúde e com a educação”*. Tau, na muche, para não haver dúvidas! Até lhe gabo essa clareza sem dúvida alguma de situações, nem sequer deixou dúvidas, disse isto textualmente. Depois, continuou dizendo: *“Todas as outras têm ou não têm – e aqui engasgou um pouco a situação – receita associada ou limita-se a uma gestão administrativa de um determinado ato. Todas as outras, para que ficasse claro, não têm meios humanos ou financeiros associados ao exercício da competência”*. Parece-nos muito claro sobre qual é a intenção que aqui está subjacente nesta alteração: é simplesmente criar uma espécie de municipalização de gestão de tarefas. Porque mesmo onde poderão estar



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atribuídas verbas, portanto, o envelope financeiro, para a saúde e para a educação ela destina-se em exclusivo aos funcionários – não professores, não médicos, não enfermeiros nos hospitais – que a Câmara Municipal vai ter sob a sua alçada para o pagamento dos salários, exclusivamente em relação a isto. São palavras do senhor secretário de Estado, pelo menos penso que, no mínimo, de confiar sobre quais são as intenções do Governo. Portanto, esta é uma grande novidade trazida desta forma nestes últimos tempos, às quais a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem uma resposta interessante, que diz assim: *“Deve ser criada uma comissão prévia de avaliação e validação de transferência de competências e respetiva operacionalização”*. Estamos aqui tipo empatar situações, a criar mecanismos para na verdade, segundo me parece, no imediato não haver transferências ou haver muito poucas, mas com o decorrer do tempo criar uma imposição aos municípios para aceitarem por obrigação esta transferência de competências, quando não há nada sequer que se relacione com a perspectiva, diria mesmo, de validade num caso de transferências financeiras.-----

-----O problema não se coloca só a este nível, é importante, e nomeadamente para as Câmaras Municipais isto tem uma importância decisiva, mas coloca-se também e muito ao nível daquilo que pode ser e é uma política de transferência de competências num órgão intermédio, a criar através daquilo que pode ser uma proximidade, que pode logo à partida estar viciada e redundar provavelmente num fracasso e mais um logro, que mais uma vez adia algo que me parece ser inadiável mas que se vai arrastando no tempo, que é a regionalização. É algo que não é minimamente aceite atualmente pelo Partido Socialista e lamentamos que isso seja corroborado por outras forças políticas, comandando aqui... a empastelar a situação, até porque isto é um acordo à revelia daquilo que seria de esperar, de um certo consenso, ou de, pelo menos,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algum lado mais consensual nesta revisão, passando pela regionalização, democrática, órgãos eleitos, e é um acordo feito de cavalheiros entre PS e PSD que, mais uma vez, se comprova que em muitas das vezes a muleta do Partido Socialista tem sido o PSD e ao contrário do que o senhor deputado tem afirmado aqui sobre a responsabilidade do Bloco de Esquerda.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Joaquim Barbosa, do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

-----Onde o senhor deputado José Maria Cardoso vê um processo imprudente, uma brincadeira, uma falta de respeito para os autarcas, para os municípios, nós, pelo contrário, senhor deputado, vemos um processo democrático, participativo, onde está a ser dada a oportunidade aos municípios de acordo com as suas condições, ao ritmo que no fundo desejam, até dois mil e vinte e um, de implementarem este processo de descentralização.-----

-----E por isso, se o tivéssemos imposto à força de lei, sem prazos, com condições se calhar atabalhoadas, teríamos aqui o senhor deputado a dizer precisamente isso, que não ouviram os municípios, que não tiveram em conta a realidade de cada município, e por isso provavelmente nunca teríamos a vossa concordância sobre este processo.-----

-----Senhores deputados, trata-se de discutirmos aqui a aceitação ou não da transferência de competências de três diplomas setoriais e o Partido Socialista obviamente que mantém a sua posição, a posição que foi tomada na última Assembleia quando foram discutidos os outros diplomas setoriais.-----

-----É todavia importante dizer que nós somos defensores, mais uma vez é



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante dizer, desde a primeira hora, deste processo de descentralização que, também importa referir, foi da iniciativa do Governo do Partido Socialista.--

-----Importa, é certo, que este município disponha dos meios e das condições efetivas para a sua aplicação.-----

-----Importa que a implementação deste processo de descentralização no nosso concelho de Barcelos seja adaptada à nossa realidade concelhia de modo que as suas vantagens, tendo em conta aquilo que é a realidade atual, este processo nestas áreas, naquilo que até agora não foi transferido mas vai ser, compete à administração central, que efetivamente se traduza num valor acrescentado para os munícipes.-----

-----Insistimos, pois, de que se torna necessário dispormos dos meios e não só de meras competências, já reafirmámos isto, e por isso este executivo assume essa responsabilidade e cumpre-a de só implementar este processo de descentralização quando estiverem atribuídos os mecanismos financeiros indispensáveis.-----

-----E por isso a urgência não pode levar a um processo de descentralização apressado, atabalhado, desligado da nossa realidade concelhia que é indiscutivelmente diferente dos outros concelhos. Foi esse o entendimento deste executivo. E o que este executivo está a fazer é precisamente identificar muito bem o ponto de partida do ponto de vista financeiro, dos recursos humanos, do estado de conservação dos equipamentos que nas várias áreas vão ser transferidos e de estabelecer as respetivas prioridades.-----

-----E por isso este executivo assume essa responsabilidade, dentro do tempo que a lei determina, de estabelecer o ritmo, a gradação deste processo, um calendário claro, identificando também a prioridade.-----

-----Eu terminaria dizendo ainda o seguinte:-----

-----Face a esta nova realidade, é fundamental, estaremos todos de acordo,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a administração local tenha ainda mais expressão junto dos cidadãos, que esteja ainda mais consciente das suas necessidades, das suas exigências que agora vão estar muito, muito mais próximas, e uma vez que este processo foi feito a pensar nos cidadãos traz também muito mais responsabilidade aos próprios municípios.-----

-----E também não tenham dúvidas que as deficiências que agora são imputadas habitualmente ao funcionamento desses serviços vão passar para a responsabilidade dos autarcas. Portanto, a responsabilidade dos autarcas vai ser claramente superior. O Partido Socialista de que forma vê isto? Como uma oportunidade. A capacidade de gestão que este executivo tem demonstrado vai permitir certamente que a qualidade de funcionamento desses serviços, naquilo que é a componente que agora é objeto de descentralização, seja claramente melhor e que beneficie claramente os barcelenses. Estamos, por isso, conscientes deste desafio, mas estamos também conscientes de que saberemos responder à altura e que, repito, em termos práticos isto se vai traduzir numa melhoria de funcionamento desses serviços que agora vai passar para a esfera do município.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Joel Sá, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Mais uma vez os cumprimentos ao Senhor Presidente e aos Membros desta Assembleia.-----

-----A intervenção do PSD para contextualizar a nossa posição e uma breve resenha histórica daquilo que foi a posição do Partido Social Democrata, para que não haja dúvidas relativamente àquilo que é o nosso posicionamento acerca deste processo.-----

-----Naturalmente o PSD é um partido do poder local, sempre teve uma visão



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reformista do Estado assente numa administração pública descentralizada.-----

-----O PSD sempre esteve na primeira linha do combate pelo reforço do poder local e pela partilha de responsabilidade na construção do futuro.-----

-----O PSD sempre esteve e estará ao lado dos municípios e das freguesias portuguesas.-----

-----O PSD sempre esteve e estará ao lado dos portugueses que pedem ao Estado que saiba colocar as suas funções nas mãos de quem as desempenha melhor para benefício de todos.-----

-----No anterior Governo, mesmo num contexto particularmente adverso, deu passos significativos e bem-sucedidos no processo de descentralização de competências.-----

-----Em dois mil e quinze, regulamentou a delegação contratual de competências no domínio das funções sociais da educação, saúde, cultura e segurança social visando a delegação de forma gradual e faseada, através de projetos-piloto. Este processo envolveu trinta e quatro municípios, com grande representatividade e diversidade populacional, territorial e política e um leque de competências ambicioso.-----

-----Ainda em dois mil e quinze, foi decidido um processo de transferência de competências para os municípios e entidades intermunicipais na área do serviço público de transporte de passageiros nos modos de transporte rodoviário de âmbito regional e municipal, fluvial e ferroviário não pesado.-----

-----Com a legitimidade de quem esteve sempre na linha da frente no processo de descentralização, o PSD foi, na atual legislatura, o primeiro partido político a convocar todas as forças políticas para este debate. Fizemo-lo em abril de dois mil e dezasseis, apresentando propostas concretas, aquando da discussão do Plano Nacional de Reformas. Nessa altura a esquerda parlamentar desdenhou das nossas intenções.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PSD trouxe novamente a debate as suas propostas, aquando da discussão do orçamento do Estado para dois mil e dezassete, mas o Governo e os partidos que o apoiam rejeitaram esse debate também nessa oportunidade.--

-----Não esmorecemos, por isso no início do ano de dois mil e dezassete apresentámos de novo um pacote legislativo neste domínio e aguardámos pela proposta do Governo.-----

-----Esta chegaria ao parlamento em fevereiro desse ano, com dezasseis meses de atraso, a que somam, pela mesma altura, as propostas das demais forças políticas.-----

-----Já numa fase final deste processo, o PSD, demonstrando que é um partido diferente do PS, também em maturidade democrática, assinou um acordo político com o Governo em torno da descentralização. Portanto, o PSD cumpriu a sua parte.-----

-----O parlamento aprovou, com o voto favorável do PSD, várias iniciativas legislativas, ainda que a lei-quadro se apresente menos ambiciosa que a proposta por si apresentada.-----

-----Mas o acordo político pressupunha, também, que o Governo fizesse a sua parte, mas o Governo, como já vem sendo hábito, não cumpriu nenhuma das suas obrigações.-----

-----O quinze de setembro chegou sem que as autarquias conhecessem os diplomas setoriais e os montantes financeiros alocados a cada uma das áreas de competências a transferir.-----

-----Nesta data, no dia de hoje, dos vinte e um diplomas setoriais previstos ainda não estão todos publicados.-----

-----Em sede de orçamento do Estado para dois mil e dezanove, ao contrário do espírito do acordo político e do plasmado na nova Lei das Finanças Locais, o Governo não dotou o Fundo de Financiamento da Descentralização de qualquer



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verba, tendo apenas inscrito uma norma (artigo sessenta e nove), na qual se previa que os montantes a transferir para aquele Fundo, e os seus reforços, fossem assegurados, em dois mil e dezanove, por mero despacho dos membros do Governo.-----

-----Esta pretensão foi rejeitada, por expressiva maioria, em sede de votação na especialidade da proposta de orçamento do Estado para dois mil e dezanove.-----

-----Chegados a este ponto, o que dizer?-----

-----O PSD cumpriu escrupulosamente a sua parte e criou todas as condições para que a descentralização se fizesse, ainda que menos ambiciosa daquela que propusemos.-----

-----O Governo não aproveitou o incentivo político que o PSD lhe ofereceu. Não cumpriu o acordo que fez com o PSD.-----

-----Ao fim de três anos a descentralização de competências, a tão invocada pelo Governo “pedra angular da reforma do Estado”, é mais uma “pedra no sapato”. A Descentralização é uma miragem e poderá sê-lo até ao final da legislatura.-----

-----O PSD sempre afirmou no parlamento, e fora dele, que descentralizar competências no poder local é um ato de inteligência, mas descentralizar sem financiar as competências transferidas não passa de uma fraude política. O PSD não dará para esse “peditório”.-----

-----Os autarcas neste momento continuam a desconhecer os montantes financeiros e os recursos humanos alocados a cada uma das áreas de competências a transferir, mesmo nos diplomas setoriais já aprovados.-----

-----Neste quadro, objetivamente, não se lhe pode exigir aos municípios que aceitem no escuro, de “olhos vendados” a transferência de novas competências. Não se pode exigir que decidam num ato de boa-fé no Governo.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Antes pelo contrário, se o fizéssemos estaríamos eventualmente a ser cúmplices de uma fraude política e o PSD não compactua com isto.-----

-----Mais uma vez também aqui este Governo continua a falhar.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Não havendo mais inscrições, o senhor presidente da Câmara solicitou a palavra para fazer uma intervenção. Faz favor, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União, Caras e Caros Cidadãos e um cumprimento muito especial a quem nos acompanha via *web* em casa.-----

-----Apenas fazer algumas considerações, até porque o senhor deputado José Maria Cardoso disse coisas, e vou utilizar um adjetivo mais simpático, inexatas em relação à Associação Nacional de Municípios, porque enquanto vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, e que participei ativamente neste processo, tenho que fazer aqui a justiça do que se passou. E muitas vezes dizem-se aqui coisas que não correspondem à realidade.-----

-----Eu quero dizer aqui, e também dirigindo-me ao senhor deputado Joel Sá, que acabou de dizer que o PSD não compactua com isto, isto foi tudo articulado com os autarcas do PSD. Portanto, foi consensualizado junto à Associação Nacional de Municípios, à exceção do Partido Comunista, ou da CDU, lá está representada pela CDU, que foi um colega que colaborou naquilo que foi a matéria de discussão, e bem, e de uma forma até bastante ativa, mas pronunciou-se contra este tipo de descentralização.-----

-----Mas eu quero dizer aqui, porque o senhor deputado José Maria Cardoso diz que a maioria rejeitou qualquer descentralização, não rejeitou, rejeitou no



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano dois mil e dezanove, e há aqui uma diferença muito grande. Senhor deputado, uma coisa é os municípios, ao ritmo que a lei determina, e ele é gradual e universal em dois mil e vinte e um, cada um dos municípios naturalmente é que define se está ou não está preparado em função daquilo que é o impacto da descentralização. Portanto, não é correto, na minha opinião, dizer-se que a maioria não aceitou a descentralização. Os municípios aceitaram a descentralização mas naturalmente será implementada ao ritmo em função daquilo que são as condições locais de cada município.-----

-----Depois, eu quero dizer aqui ao Bloco de Esquerda, eu penso que se lembra que até se chegou a dizer que havia na Assembleia da República uma geringonça à direita, porque o Bloco de Esquerda com o Partido Comunista votou ao lado do PSD e CDS para a retirada daquela norma fundamental do artigo sessenta e nove da Lei do Orçamento do Estado. E foi precisamente a retirada do artigo sessenta e nove da Lei do Orçamento do Estado que criou uma série de instabilidade nos autarcas, porque o orçamento tem o Fundo de Financiamento das Freguesias, mas o instrumento que dotava o Fundo foi retirado, que foi precisamente a norma do artigo sessenta e nove.-----

-----Entretanto, é público isto, o senhor presidente da República, na promulgação dos penúltimos diplomas, pediu ao Governo esclarecimentos de qual seria o instrumento. E o instrumento que está definido é através do decreto da execução orçamental e, portanto, do ponto de vista da formalidade da contabilidade pública não há nada a dizer, está correto.-----

-----E por que é que não é possível dotar o Fundo de Financiamento das Freguesias? Precisamente porque os ritmos de adesão são completamente diferentes. Portanto, não faria sentido dotar imediatamente um fundo que não se sabia se ele iria ser usado ou não pelos municípios em função da adesão que cada um iria fazer sobre a descentralização.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aliás, eu lamento muito porque houve uma grande discussão sobre o que estava nos contratos interadministrativos no passado, cerca de duzentos e sessenta e seis milhões de euros, criou-se uma confusão na Assembleia da República sobre essa matéria, eu estive presente na discussão da comissão de economia e finanças, onde se dizia até que o Fundo da Descentralização teria duzentos e sessenta e seis milhões. Não é verdade. Aquilo que está identificado neste momento em termos daquilo que são os custos do Estado dos contratos interadministrativos é que corresponde a essa verba dos duzentos e sessenta e seis milhões de euros. E, portanto, o fundo será dotado em função naturalmente do ritmo que for a decisão dentro da autonomia do poder local de cada um dos municípios.-----

-----Deixe-me também dizer-lhe que disse aqui uma coisa, que o senhor secretário de Estado pode dizer aquilo que entender, é uma pessoa que eu conheço muito bem, e provavelmente ou da sua parte houve má interpretação ou ele não se soube exprimir. Eu tenho que admitir os dois cenários porque basta ver a lei.-----

-----O pacote financeiro, e vou falar apenas aqui na educação e na saúde, são de facto aqueles que têm o maior impacto a todos os níveis, a lei diz uma coisa muito simples, e basta lê-la, cada um dos municípios terá que criar uma comissão técnica que irá discutir com o ministério competente, depois compete ao município aceitar ou não a competência do edificado. Exceciona a lei aquilo que é a Parque Escolar. Isto quer dizer que há duas escolas pelo menos em Barcelos que não são descentralizáveis, chamemos-lhe assim, porque pertencem a um processo diferente, que é a Parque Escolar, que é a Escola Alcides de Faria e a Escola Secundária de Barcelos. Pertencem à Parque Escolar e a lei é clara que essas não serão transferidas. Mas todo o resto (segundo ciclo, terceiro ciclo e secundário) que for entregue ao município terá que ser



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forçosamente com um pacote financeiro e compete à Câmara Municipal precisamente decidir se aceita ou não que o edificado fique sob a alçada do município. Portanto, não há uma imposição, a única coisa que transfere automaticamente é de facto a nível dos trabalhadores, tirando docentes.-----

-----Portanto, quero deixar aqui bem claro porque se dá a impressão que os autarcas que negociaram isto, eu fiz parte dessas comissões de trabalho, que fizeram um mau serviço à autonomia do poder local. Quero dizer que são todos presidentes de Câmara, todos que estiveram nessas negociações são presidentes de Câmara, à exceção da CDU, que é presidente da Assembleia, mas foi durante muitos anos presidente da Câmara do Seixal, todos nós sabemos aquilo que andávamos a fazer, todos nós temos a noção daquilo que é a responsabilidade que cada um deve ter. Mas há uma coisa também que todos nós sabemos, cada autarca sabe aquilo que é o edificado do seu município e terá a destreza de negociar com a tutela aquilo que é a transferência da competência.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Iria agora perguntar se alguém se quer inscrever para o segundo período de três minutos de intervenções.-----

-----Ninguém se inscreve, então vamos passar à votação individualizada de cada uma destas propostas.-----

-----Começaríamos pela número cinco, que é a votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos), em dois mil e dezanove.-----

-----Senhores deputados, quem vota contra faz o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Passaríamos à proposta número seis: votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e dois/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Cultura), em dois mil e dezanove.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Proposta número sete: votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e três/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Saúde), em dois mil e dezanove.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Declarações de voto!-----

-----Alguém que queira fazer declarações de voto?-----

-----Faz favor, senhor deputado Firmino Silva.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – O CDS votou favoravelmente a proposta de não aceitação de qualquer transferência de competências pois entendemos que o Governo deve assegurar e garantir todos os meios técnicos,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com pessoal e de financiamento ao cumprimento das novas competências do poder local.-----

-----Enquanto não se verificarem estas condições, o CDS é de opinião que a Câmara Municipal de Barcelos deve rejeitar o exercício de qualquer nova competência.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Damos por encerrada a discussão e a votação destes pontos, passaríamos ao ponto oito da ordem de trabalhos.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para designação do Fiscal Único da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Vamos passar então de imediato à votação!-----

-----Quem vota contra faz o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Vinte: dezoito do PSD, dois BE)-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria sem votos contra e com vinte abstenções.-----

-----Algun senhor deputado quer fazer declaração de voto?-----

-----Faz favor, senhor deputado Hugo Cardoso.-----

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Senhoras e Senhores aqui presentes, muito



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

boa noite.-----

-----O Partido Social Democrata tem reiteradamente, quer em sede de reunião de Câmara Municipal, quer em sede de Assembleia Municipal, manifestado a sua preocupação relativamente à atual situação da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos.-----

-----Em todos esses momentos, temos revelado a nossa apreensão relativamente ao inequívoco agravamento da situação desta Empresa Municipal a vários níveis.-----

-----Repetidamente, temos questionado o executivo sobre as estratégias em curso e para quando tenciona nomear o Conselho de Administração, atendendo a que se mantém, há vários meses, em funções de gestão, ficando inevitavelmente a legitimidade das suas ações reduzida.-----

-----Relativamente ao Conselho de Administração, foi referido que a nomeação estaria dependente da resposta do Tribunal de Contas à alteração dos estatutos. No que respeita a estratégias, nada foi avançado.-----

-----Depois de constituída a Assembleia Geral da EMEC a seis de setembro de dois mil e dezoito, assiste-se hoje à nomeação do Fiscal Único.-----

-----Assim, continua a não ser perceptível o motivo pelo qual o Conselho de Administração da EMEC continua em funções de gestão.-----

-----Por esse motivo, o Grupo Municipal do PSD Barcelos se absteve nesta proposta.-----

-----Ainda assim, não queremos deixar de reiterar, uma vez mais, a mesma preocupação com a atual situação da empresa, bem como a nossa total disponibilidade para colaborar no encontro de uma solução para a mesma.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Damos por findo este ponto oito, passaríamos agora ao ponto nove da



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ordem de trabalhos.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente NONSENSE ASSETS, S.A., no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Então vamos passar diretamente para a votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Três: dois do BE, um do PCP)-----

-----Logo, esta proposta foi aprovada por maioria sem votos contra e com três abstenções.-----

-----Senhores deputados, alguém quer fazer declaração de voto?-----

-----Passaríamos então ao ponto dez e último da agenda de trabalhos.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Temos três inscrições, passaríamos então às intervenções.-----

-----Senhor deputado Hugo Cardoso, faz favor.-----

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Duas breves notas:-----

-----A primeira sobre os acordos de execução.-----

-----Como sabemos, os acordos de execução caracterizam-se por um grau de determinação objetiva e subjetiva que os distingue dos contratos administrativos gerais de delegação de competências dos municípios nas



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesias.-----

-----Considerando que é à Câmara Municipal a quem compete, por força do disposto na alínea l) do número um do artigo trinta e três do Regime Jurídico das Autarquias Locais, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas;-----

-----Considerando que a primeira prestação deste acordo de execução que a Câmara Municipal tem acordado com as Juntas de Freguesia é tradicionalmente pago até ao final do mês de março e considerando que até ao momento não existe proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do contrato de cooperação entre o município e as freguesias do concelho de Barcelos, como tem sido a prática de anos anteriores;-----

-----Perguntamos se tal se deve a algum motivo em particular.-----

-----A segunda nota tem que ver com a ponte de Barcelos.-----

-----Pedaços das estruturas em aço da ponte medieval que liga a freguesia de Barcelinhos a Barcelos apresentam evidentes sinais de elevado estado de decomposição. Esta situação acaba por trazer algum sentimento de insegurança a todos aqueles que diariamente circulam nesta ponte.-----

-----Assim, gostaríamos de questionar o senhor presidente da Câmara se tem havido algum tipo de monitorização por parte da Câmara Municipal à segurança da ponte. Se sim, quando foi feita pela ultima vez e qual o seu resultado?-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Daria agora a palavra ao senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Uns breves esclarecimentos sobre algumas dúvidas que tenho:-----

-----Na página dezassete é referido o contrato de aluguer feito com uma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresa chamada, salvo erro, Unidade Infinita, Projetos, Limitada, que prevê o contrato de aluguer de o “POP GALO”, em que, desconhecendo os conteúdos desse contrato, mas que me foi chegando ao ouvido que existe uma opção de compra e por valores superiores a mais de um milhão de euros, eu gostaria de saber se o senhor presidente da Câmara confirma estas cláusulas de contrato, porque esta preocupação é manifestada. Embora eu tenha opinião, escuso-me a classificar a qualidade da obra, não é isso que está em causa, porque nem interessa para o caso, mas eu entendo que num concelho em que há tanto por fazer isto não é claramente uma prioridade, e se estamos a falar de valores elevados, já o aluguer da obra é uma coisa elevada, a sua aquisição atiraria isto para valores de facto que não correspondem àquilo que são as prioridades do nosso concelho.-----

-----A segunda questão, se o senhor presidente me pudesse esclarecer, é que verifiquei na página vinte que há novos desenvolvimentos sobre a questão da requalificação do Mercado Municipal e aquilo que eu gostaria de saber é se já foi encontrada uma solução para a colocação dos comerciantes durante o período de requalificação da obra e se de facto os comerciantes já têm conhecimento e se foram envolvidos na busca desta solução.-----

-----Dizer também que de uma forma decorrente o ribeiro de Vila, que é um ribeiro de Barcelos que desagua no Rio Cávado, junto ao Brigadeiro, tem sido alvo de poluição. Esta situação levou a várias apresentações de queixa à SEPNA da GNR. Em resposta a estas denúncias que foram feitas pela forma recorrente que existe de poluição deste ribeiro, a SEPNA respondeu dizendo: “*Apurando os factos denunciados, dizem a um problema estrutural da Estação Elevatória das Águas Residuais do ribeiro de Vila, Casal de Nil*”. Portanto, se conhece estes problemas estruturais e que diligências irá a Câmara Municipal fazer para sanar estes problemas estruturais desta estação elevatória, atendendo que é a causa



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de constante poluição deste ribeiro e conseqüentemente do Rio Cávado.-----

-----Para terminar, só mais uma dúvida, se já foi feita a avaliação dos transportes urbanos de Barcelos e, se essa avaliação foi feita, que conclusões é que a Câmara Municipal de Barcelos tirou e se essas conclusões comportam algumas alterações que são necessárias fazer nestes transportes que nós consideramos que são fundamentais no concelho de Barcelos e que, aliás, a sua rede até deveria ser alargada, nomeadamente a chegar a zonas de alguma densidade populacional que neste momento não estão servidas por esse tipo de transporte.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para terminar este ciclo de intervenções, o senhor deputado José Maria Cardoso, faz favor.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite.-----

-----Mais uma vez na pessoa do senhor presidente cumprimento todos os presentes.-----

-----Questões muito concretas e objetivas, penso eu, e se for possível uma resposta também objetiva da parte do senhor presidente.-----

-----Página trinta e um, fala aqui numa questão que nos é muito cara e que sempre temos insistido, a questão do orçamento participativo. Mas muito sinceramente não percebo muito bem o que aqui está. Passo a ler: *“No âmbito do Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Barcelos, foi aprovado o seguinte:*-----

-----*Iniciar o procedimento conducente à elaboração de um Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo...”*. Então temos ou não temos regulamento participativo? Por outro lado, que modelo está preconizado para este orçamento participativo? Qual é o modelo que no fundo está pensado e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que poderá ser implementado? Porque na verdade tem sido uma ideia protelada no tempo, não tem funcionado, portanto, algo que nos parece extremamente importante até pela envolvência que pode criar em função daquilo que é o tal conceito da cidadania, da aproximação aos cidadãos. Portanto, parece-nos um facto que é importante esclarecer ou pelo menos gostaríamos que fosse esclarecido.-----

-----Na página quatro está um conjunto de contratos-programa com várias associações, eu queria só questionar um facto, aqui há dias, numas iniciativas políticas que temos vindo a tomar, uma espécie de périplo pelo concelho, percebendo melhor como é que funcionam determinadas associações, determinadas organizações, visitámos uma que ficámos bem agradados com o modo de funcionamento. Não quer dizer que outras também não funcionem bem e que não existam outras que merecem esta atenção. Foi esta que nós visitámos, que é a Associação Cultural Recreativa de Roriz, que movimenta, entre outras coisas, um conjunto de miúdos no ciclismo, uma área de intervenção desportiva que nos parece muito importante, aliás, com resultados muito objetivos, nomeadamente com alguns prémios e alguns campeões nacionais em diferentes modalidades, que há muito tempo reclama, por exemplo, o facto de ter uma colaboração económica, técnica, para uma pista de treino; que há muito tempo reclama, por exemplo, um determinado tipo de apoio porque fazem deslocações pelo país fora. E que até ao momento o que tem é um contrato de seis mil euros anuais, o que nos parece substancialmente pouco, para não dizer reduzidíssimo, para uma associação que tem uma representação que nos parece muito digna e que movimenta uma atividade tão importante quanto é o ciclismo, como outras obviamente.-----

-----Na página vinte, já foi aqui referido e também queríamos realçar esse facto, saber qual é o ponto de situação sobre as obras do mercado,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente se há algum plano para que os comerciantes e quem lá faz vida comercial dos vários produtos que lá se transacionam naturalmente, se está já agendado algum espaço que possa vir a ser ocupado enquanto decorrerem as obras. Gostaríamos porque essa é uma preocupação que nos é manifestada permanentemente.-----

-----Gostaríamos de questionar, até porque na página doze vem a propósito o aluguer dos contentores específicos na freguesia de Cristelo, nós gostávamos de perguntar, porque foi objeto também de notícia jornalística da comunicação social, qual é o estado de situação dos contentores em frente à Escola Abel Varzim. Afinal o que é que se passa com esses contentores?-----

-----Depois, naturalmente relacionar uma questão com as escolas, que nós questionámos a senhora vereadora sobre qual é o estado de situação das coberturas de amianto nas escolas. E o que nos foi dito é que há dez equipamentos sob a alçada da autarquia, pré-escolar e primeiro ciclo, com coberturas de amianto que se mantêm. Há algum projeto? Eu sei que estão para o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial mapeadas essas escolas, se há alguma previsão quando isso possa suceder dado que é um problema que se coloca cada vez de uma forma mais evidente, até porque o fibrocimento está proibido desde dois mil e cinco. Portanto, qual é o estado de situação, para além de outras duas escolas onde isso existe que não estão sob a alçada, mas também há alguma responsabilidade da própria autarquia em criar quanto mais não seja uma força de pressão para intervir sobre elas, que é o caso da Escola B dois/B três Gonçalo Nunes e a B dois/B três Rosa Ramalho. Para além da situação degradante, a expressão pode ser assim um bocado forte, não tem nada a ver com o modo de funcionamento da escola, tem a ver com as instalações, com o equipamento, da forma como tem vindo a funcionar a Escola Secundária de Barcelinhos, que é uma das tais que pode passar para a alçada da



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal porque não pertence à Parque Escolar. Portanto, se está ou não incluída na reprogramação do Programa Vinte Vinte que tem sido feito. A Câmara Municipal tem algum conhecimento sobre essa situação?-----

-----E já agora, por exemplo, vem a propósito do que estava a dizer em relação à Escola de Barcelinhos, nós também temos uma reivindicação que me parece importante manter, que é o Barcelos BUS, que na redefinição do itinerário passar precisamente junto a esta escola e ao Centro de Saúde de Barcelinhos, que nos parece importante que assim aconteça.-----

-----Para terminar, falar numa questão que também é importante e que está sempre presente, mesmo não estando aqui neste documento, admito que sim, que é a questão do hospital.-----

-----É quase sistemático o senhor deputado Joel Sá vir aqui dizer algo do género, até porque depois usa uma retórica que não vale enganar as pessoas, até parece que alguém anda a enganar as pessoas. Olhe, se alguém enganou a população barcelense durante vinte anos foi o PSD, que enganou totalmente os barcelenses! Portanto, não assaque responsabilidades a mais ninguém que não seja o PSD sobre essa situação!-----

-----Agora, sobre o hospital, admito que lhe cause alguma urticária este tema. Agora, um deputado da nação dizer que não vale nada algo que é um projeto de resolução, que foi aprovado e englobado na especialidade no orçamento do Estado, é lamentável que o diga. É caso para perguntar: o que é que está a fazer na Assembleia da República? Portanto, se acha que um projeto de resolução, que é englobado na especialidade no orçamento do Estado para dois mil e dezanove, dizer que não vale nada, ficamos conversados sobre isso, está bem?--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Terminamos este ciclo de intervenções, eu presumo que mais ninguém se querará inscrever no segundo ciclo de inscrições, mas tenho que perguntar se alguém se quer inscrever...-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Senhor deputado, é só para o ponto desta ordem de trabalhos e tem três minutos para a sua intervenção. Faz favor.-----

DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Senhor presidente, sei que o seu apelo é para ser restrito à ordem de trabalhos, mas eu não posso deixar de responder àquilo que o senhor deputado acaba de dizer. Eu enquanto deputado da nação, sim, senhor, com todo o gosto e com muito orgulho que represento a população de Barcelos e tudo faço para defender os interesses de Barcelos. Agora, o que eu não aceito é que se ande a dizer às populações que vai haver um novo hospital, que está incluído o novo hospital, e o orçamento do Estado não tem um projeto de resolução. O projeto de resolução, senhor deputado, é uma coisa que recomenda ao Governo que... e o orçamento do Estado aprovou outra coisa. O orçamento do Estado aprovou uma proposta que vocês apresentaram, que é: que se inicie procedimentos tendo em vista a construção do hospital. Isso não é nada. Uma coisa é construir o hospital, agora iniciar procedimentos não é o novo hospital. Os senhores andam a dizer que vai haver um novo hospital. Isso não é o novo hospital, é enganar as pessoas! Mas os senhores chumbaram dar continuidade ao projeto que já existia. Ou não chumbaram? Então, pronto, nós temos que ser sérios nessa discussão.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Terminado este período de inscrições, eu iria dar a palavra ao senhor presidente da Câmara, perguntando-lhe se pretende dar resposta a estes pedidos de esclarecimento no imediato.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Naturalmente que sim, daquilo que estiver aqui ao alcance na minha memória.-----

-----Dizer ao senhor deputado Hugo Cardoso que não se preocupe com o protocolo, não há nada de estranho, tudo vai correr normalmente, a verdade é que nós vamos ter, em princípio, a necessidade de uma nova Assembleia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal e, portanto, preparou-se para a nova Assembleia e não serão prejudicados com o protocolo nem nada que se pareça. Aliás, os senhores vereadores já hoje de manhã me interpelaram na reunião de Câmara e eu informei.-----

-----Quanto à ponte medieval, a ponte está a ser alvo neste momento de um estudo pela Universidade do Minho, o estudo está a demorar um pouquinho porque ele é feito em função também das condições climatéricas. E numa pré-análise, digamos assim, aquilo que é talvez uma das coisas mais complicadas, que é o estudo de carga, nesta análise prévia naturalmente é preciso o relatório final e em definitivo aquilo que é a conclusão do estudo, mas no que diz respeito ao estudo de carga está dentro dos parâmetros normais. Portanto, numa primeira análise, como digo, não há qualquer perigo, é evidente que se vier um temporal, se vier alguma coisa do género, a estrutura pode eventualmente, mas neste momento não há absolutamente risco nenhum.-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, o “POP GALO” foi uma opção naturalmente de promoção do município, concorde-se ou discorde-se dos valores, foram aqueles valores que foram acordados, eu acho que não são caros para aquilo que representa e para o impacto e os ganhos que Barcelos pode ter, mas naturalmente respeito a sua opinião. Fui eu próprio que na altura propus à artista Joana Vasconcelos uma cláusula de opção de compra, o que não quer dizer que se compre. Até na apresentação do “POP GALO” eu próprio divulguei e o valor que está na cláusula de compra que é ela quer, portanto, ela é que define o preço, não sou eu, até porque ela tem uma espécie de cotação internacional e não pode fazer os preços que quer, tem ali limitações por força dessa entidade internacional, mas o que ela está a pedir é um milhão e meio de euros... Calma, calma, eu só estou a dizer que está lá uma cláusula de opção, não quer dizer que vamos comprar, isso nem de longe nem de perto. Eu



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também considero que, sendo uma obra muito interessante e importante e uma obra única, haverá naturalmente outras prioridades para o município. Mas há razões para se pôr lá uma cláusula de opção de compra, não é? E poderia até explicar-vos, mas posso depois dizer-vos que provavelmente do ponto de vista daquilo que o galo representa e que pode vir a representar em receitas futuras ultrapassa de longe um milhão e meio, mas isso é outra história, é uma outra questão. Portanto, foi uma opção, fez-se, está assumida, não é para comprar, mas estava lá essa cláusula de opção de compra.-----

-----Quanto ao Mercado Municipal, naturalmente que procurámos uma solução, já temos uma solução, essa solução está a ser trabalhada, está muito bem encaminhada, está numa fase final, até porque nós queremos avançar com a requalificação do mercado o mais rápido possível porque já temos visto, já temos tudo, estamos em condições. A única coisa que nos falta do mercado é precisamente falar com os comerciantes, preparar a alternativa, porque temos que preparar a alternativa para realojar os comerciantes, e penso que não vai haver dificuldade até porque é num local muito próximo e numa perspectiva que resolve a todos os comerciantes o mesmo problema.-----

-----A SEPNA, penso que foi a sigla que usou, que diz que a poluição é resultado da estação elevatória, que eu calculo que a própria GNR levantou autos e remeteu para quem tem a responsabilidade de fazer, que é as Águas de Barcelos, porque isto é competência deles, e sei que é uma entidade que não perdoa, e bem, porque do ponto de vista ambiental temos que ser exigentes e rigorosos. Portanto, calculo que o processo terá sido desenvolvido e a própria GNR Ambiente notificou as Águas de Barcelos, porque a competência é dela.-----

-----Transportes urbanos. Naturalmente estamos a monitorizar aquilo que são os transportes urbanos, já o disse aqui, quando decidimos lançar o transporte urbano foi com a certeza que era para ficar, e com a abertura desta



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

monitorização naturalmente há a possibilidade, se assim for justificado, até ter mais autocarros a alargar aquilo que é a rede que está neste momento e esses resultados é que nos vão dizer. Posso-lhe já dizer que a expectativa e aquilo que está a ser a realidade é excelente do ponto de vista dos cidadãos, tudo indica que haverá naturalmente alterações e evoluções, novas paragens, novos percursos. Enfim, nós também estamos a recolher aquilo que são as comunicações que os cidadãos nos vão fazendo daquilo que são as suas necessidades, é evidente que temos pessoas que querem mesmo à porta, não vai ser possível, se calhar numa fica a dez metros, noutra fica a cinco, mas estamos com essa sensibilidade de, caso a caso, tentarmos ser o mais abrangentes possíveis.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado José Maria Cardoso e falando no hospital, independentemente do passado, quero-vos dizer que já foram iniciadas as negociações para a criação do terreno, já há propostas em cima da mesa, elas são perfeitamente exequíveis, estamos a fechar questões de pormenor que nos foram levantadas pelos proprietários do terreno, e é minha intenção reunir a comissão de saúde e analisarmos em conjunto aquilo que é uma proposta que eu acho que está e vai ao encontro daquilo que o município pode suportar. A questão que se põe aqui foram algumas preocupações dos proprietários que puseram em hipótese, que eu não quero pensar mas naturalmente é uma pretensão que eles têm, se por alguma razão o hospital não vier a ser construído está-se a querer discutir uma cláusula de reversão do terreno agora adquirido. Portanto, é aqui um bocadinho a dificuldade que temos mas penso que não haverá desse ponto de vista a dificuldade, mas muito brevemente eu penso ter condições para na comissão de saúde apresentar aquilo que são os valores, o que é que estamos a discutir, prazos de pagamento, enfim, e farei isso na própria comissão.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Iniciar o procedimento do regulamento do orçamento participativo é mesmo isso. É começar com os regulamentos porque nós não podemos disponibilizar os valores que estão no orçamento se não criamos um regulamento onde são definidas as regras da forma como os próprios cidadãos têm que concorrer, porque temos que criar regras rigorosas. E estamos a fazer isso o mais rápido possível para que quem quiser usar aquilo que é o orçamento participativo saiba que regras é que tem que usar.-----

-----A Associação de Roriz, como muitas outras, sempre pedem, querem mais, perfeito, mas eu defendo e sempre defendi que a Câmara Municipal não tem a vocação para pagar as atividades, tem a vocação para participar e ajudar às atividades das associações e faremos naturalmente com a Associação de Roriz aquilo que fazemos com todas as outras. Aquilo que eu alerto muitas vezes os senhores presidentes das instituições é que é perigoso às vezes querer-se crescer muito na sustentabilidade pública, é um bocadinho mais complicado. Portanto, naquilo que é o respeito que temos pelas atividades, nomeadamente pela Associação de Roriz, iremos acompanhar, naturalmente tentar ajudar na progressão, mas com as limitações naturalmente que temos das verbas públicas.-----

-----Os contentores de Cristelo, confesso-lhe que não sei ao que se está a referir, mas penso que é um caso... não sei objetivamente, o que vem no jornal, o jornalista é que sabe o que escreve, mas o que eu tenho como informação é de que já foram adjudicados novos contentores para correção, provavelmente não é só Cristelo que está com este problema... eu percebi Cristelo... Abel Varzim também é em Cristelo, não é? Eu julguei que se estava a referir... É que nós temos dado um apoio à freguesia de Cristelo de uns contentores que são uns contentores especiais, que é para a recolha do peixe, julguei que se estava a referir em relação a isso. Portanto, tudo que é contentores está em concurso



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

público, está tudo a ser fechado, lançado, alguns adquiridos porque isto é feito por fases. Portanto, penso que se quer referir a alguma deterioração de algum contentor, mas isso é uma coisa que também estamos a corrigir.-----
-----Cobertura de amianto das escolas. Senhor deputado, a sua preocupação é a nossa, infelizmente não temos dinheiro para socorrer a tudo, nós temos um problema no mapeamento do setor educativo que é um problema que Barcelos sempre foi prejudicado ao longo dos tempos, que é uma reclamação que eu tenho vindo a fazer, tivemos agora algum sucesso na reprogramação do quadro comunitário, o problema é que nós temos muitas escolas, já recuperámos quinze mais ou menos, porque não é só ao nível do amianto quando temos que intervir na escola, as pessoas depois exigem-nos muito mais daquilo que é o amianto. Portanto, está a programar, fá-lo-emos o mais rápido que nos for possível naturalmente dentro da disponibilidade financeira. Mas também lhe quero dizer que estou a fazer um esforço para junto da CCDR criar algumas condições suplementares para Barcelos, porque Barcelos, desde o último quadro comunitário e o atual, foi prejudicado. E porquê? Porque ao ser imposto o mapeamento veio-nos criar uma série de dificuldades naquilo que é a requalificação. Porque se não me impõem o mapeamento nós íamos fazer um investimento à medida daquilo que são as prioridades e as necessidades. Ao mapear obrigaram-me a mapear tudo o que era preciso intervenção. Porquê? Porque o regulamento diz que se não estivesse mapeado a Câmara não tinha acesso ao quadro comunitário. Para ter uma ideia, o bolo ou o pacote que nós tínhamos numa primeira fase, que era cerca de quatro milhões de euros, parte desse bolo foi para o Centro Escolar da Várzea, porque já estava identificado para construir, e o resto teve que ser dividido por dezasseis escolas, se a memória não me falha, o que dá cerca de cento e vinte e cinco mil euros a cada uma das escolas. Eu só quero é que compreenda a dificuldade, porque ao ter



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que mapear tive que dividir o pacote que tinha pelas dezasseis, porque se não mapeasse nunca mais nenhuma tinha acesso a quadro comunitário no âmbito do Vinte Vinte. Portanto, aquilo que estamos a fazer, e acredite, a Câmara está a fazer um esforço do seu próprio orçamento, e posso-lhe dizer aqui que pelo menos três escolas, uma já está concluída, outra está em obra, ou melhor, estão duas concluídas, que é Gual e Roriz, Macieira está numa fase final de conclusão. Vamos avançar agora com Martim e outras porque eu tenho cento e vinte e cinco mil euros, mas a maior parte das intervenções ultrapassa meio milhão. Portanto, à medida que vamos podendo vamos fazendo esse esforço e dou-lhe a garantia que faremos todo o esforço para que isto esteja resolvido.-----

-----Escola de Barcelinhos, é aquilo que eu lhe dizia há bocado, no âmbito desta discussão da descentralização a Escola de Barcelinhos vai naturalmente para a discussão com o ministério e o ministério vai ter que nos arranjar dinheiro para corrigir aquilo, porque aquilo é propriedade atual do ministério e não da Câmara Municipal. Portanto, fará parte do pacote na discussão de que ou o Governo nos arranja o financiamento necessário para a requalificação ou então vai ficar a administração central com a responsabilidade de recuperar a escola.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Terminamos assim o período da ordem do dia e, como já vem sendo hábito, iria propor, nos termos do artigo cinquenta e sete, número três, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, a aprovação da ata por minuta porquanto é necessário dar execução imediata a algumas das deliberações.-----

-----Portanto, eu iria pôr esta proposta à votação!-----

-----Quem vota contra esta proposta?-----

------(Ninguém)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade, agradecendo, mais uma vez, a vossa
confiança na mesa.-----

-----Está encerrada a sessão, muito boa noite, bom fim de semana.-----

-----A sessão terminou à uma hora e quarenta e cinco minutos do dia vinte e
três de fevereiro de dois mil e dezanove.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva,
para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo
Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Horácio Barra)

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)

-----Apena-se a esta ata a recomendação do BE “*Aplicar a redução do preço
dos transportes públicos a partir de abril*”, constituída por duas páginas, cuja
referência é feita nas páginas vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três e a
votação encontra-se inscrita na página vinte e três.-----

ÍNDICE

Ata nº 2 de 22 de fevereiro de 2019

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
04	Período de antes da ordem do dia
05	Voto de Pesar
13	Moção do BTF
17	Recomendação do CDS-PP
43	Período da ordem do dia
43	Aprovação da ata da sessão de 26 de janeiro de 2019 (1º Ponto)
44	Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Vila Cova e Feitos, de 17 de dezembro de 2017, relativa à desagregação da respetiva União das Freguesias (2º Ponto)
44	Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Campo e Tamel (S. Pedro Fins), de 29 de dezembro de 2018, relativa à desagregação da respetiva União das Freguesias (3º Ponto)
44	Discussão e votação da proposta de ratificação da deliberação da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (S. Martinho e S. Pedro), de 19 de abril de 2018, relativa à continuidade da agregação da respetiva União das Freguesias (4º Ponto)
82	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro (Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos), em 2019 (5º Ponto)
82	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (Cultura), em 2019 (6º Ponto)
82	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde), em 2019 (7º Ponto)
96	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para designação do Fiscal Único da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M. (8º Ponto)
98	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente NONSENSE ASSETS, S.A., no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos (9º Ponto)
98	Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (10º Ponto)
111	Aprovação da ata em minuta